



Universidade de Brasília (UnB)
Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas
(FACE)
Departamento de Administração (ADM)
Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA)
MBA em Gestão e Governança em Segurança Pública

MARIA DA SOLEDADE CARDOSO LANDIM BATISTA

PROPOSTA DE CAPACITAÇÃO CONTINUADA NA ÁREA EDUCACIONAL PARA
PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA: Curso de Formação para Aplicação
da Matriz Curricular Nacional

Brasília
2025

MARIA DA SOLEDADE CARDOSO LANDIM BATISTA

**PROPOSTA DE CAPACITAÇÃO CONTINUADA NA ÁREA EDUCACIONAL PARA
PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA: Curso de Formação para Aplicação
da Matriz Curricular Nacional**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC),
apresentado ao Curso de Pós-Graduação MBA
em Gestão e Governança em Segurança
Pública, da Universidade de Brasília, como
parte dos requisitos necessários à conclusão do
curso.

Professor Orientador: Prof. Dr. Andersson
Pereira dos Santos

**Brasília
2025**

Dedico este trabalho a todos que contribuíram
de alguma forma para sua realização.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, pela força e sabedoria durante toda esta jornada.

À minha família, pelo amor, paciência e suporte incondicional em todos os momentos.

Aos colegas, professores, tutora e à equipe da coordenação pelos aprendizados e colaboração.

E ao orientador, Prof. Dr. Andersson, por sua valiosa contribuição durante todo o processo de acompanhamento e desenvolvimento do trabalho.

*“Hoje, educar significa defender vidas”
(Assmann, 2012).*

RESUMO

A pesquisa trata da formação de profissionais de segurança pública, com foco na aplicação da Matriz Curricular Nacional (MCN), instituída pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) em 2003. O objetivo foi desenvolver uma proposta de capacitação continuada voltada à aplicação da MCN, buscando aprimorar o planejamento, a execução e a avaliação das ações educacionais nas instituições do Sistema Único de Segurança Pública (Susp). A fundamentação teórica abordou temas como a educação corporativa, as diretrizes pedagógicas da MCN e as competências essenciais para a atuação na segurança pública. A abordagem metodológica adotada foi qualitativa, fundamentada na pesquisa-ação, utilizando os dispositivos da análise documental, entrevistas e grupo focal com representantes da Senasp. Os resultados apontam que a utilização de metodologias ativas e da abordagem por competências favorece uma formação mais efetiva, interdisciplinar e contextualizada. Como contribuição teórica, cunha-se o conceito de "metamatriz" para designar a abordagem metalinguística e autorreflexiva deste trabalho, que, ao aplicar os próprios referenciais da MCN, também os interroga, ressignifica e transforma em ferramenta de si mesmos. O curso proposto configura-se, assim, como um produto tecnológico que expressa a articulação entre teoria e prática, promovendo uma matriz que se lê e se aplica a si mesma, ampliando o alcance formativo da MCN nas políticas públicas de segurança.

Palavras-chave: Segurança Pública; Matriz Curricular Nacional; Educação Corporativa; Competências; Metamatriz.

ABSTRACT

This research addresses the training of public security professionals, focusing on the application of the National Curricular Matrix (Matriz Curricular Nacional – MCN), established by the National Secretariat of Public Security (Senasp) in 2003. The objective was to develop a proposal for continuing education aimed at implementing the MCN, with the goal of improving the planning, execution, and evaluation of educational actions within institutions of the Unified Public Security System (Susp). The theoretical framework explored topics such as corporate education, the pedagogical guidelines of the MCN, and the essential competencies for public security work. The methodological approach was qualitative, grounded in action research, and employed documentary analysis, interviews, and a focus group with representatives from Senasp. The results indicate that the use of active methodologies and a competency-based approach promotes more effective, interdisciplinary, and contextualized training. As a theoretical contribution, the concept of "metamatrix" is introduced to describe the metalinguistic and self-reflective approach of this study, which, by applying the MCN's own theoretical and methodological assumptions, simultaneously questions, reframes, and transforms them into tools of themselves. The proposed course thus constitutes a technological product that articulates theory and practice, fostering a matrix that reads and applies itself, thereby expanding the MCN's formative impact on public security policies.

Keywords: Public Security. Corporate Education. National Curricular Matrix. Competencies. Active Methodologies. Metamatrix.

LISTA DE SIGLAS

ABP	Aprendizagem Baseada em Problemas
AEA	Aprendizagem e Educação de Adultos
Al Sd PM	Aluno-a-Soldado Policial Militar
AO	Aprendizagem organizacional
CGEn	Coordenação-Geral de Ensino
CGP	Coordenação-Geral de Pesquisa
COP	Coordenação Pedagógica
DEP	Diretoria de Ensino e Pesquisa
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MCN	Matriz Curricular Nacional
MJSP	Ministério da Justiça e Segurança Pública
PNSPDS	Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social
PPC	Projeto Pedagógico de Curso
PPP	Projeto Político-Pedagógico
Senasp	Secretaria Nacional de Segurança Pública
Sinesp	Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública
Susp	Sistema Único de Segurança Pública
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
Unesco	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

LISTA DE FIGURAS

Figura 1-	Histórico da Matriz Curricular Nacional	29
Figura 2-	Ensino por Competências e as Metodologias Ativas	31
Figura 3-	Metamatriz	41
Figura 4-	Proposta metodológica do Curso de Formação para Aplicação da MCN	43

LISTA DE QUADROS

Quadro 1-	Mapa de Competências	36
Quadro 2-	Malha Curricular	38

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	REVISÃO DE LITERATURA.....	15
2.1	EDUCAÇÃO CORPORATIVA.....	16
2.2	AÇÕES FORMATIVAS EM SEGURANÇA PÚBLICA.....	19
2.3	PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO.....	23
3	MÉTODO.....	25
3.1	MATRIZ CURRICULAR NACIONAL.....	28
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	33
4.1	MAPA DE COMPETÊNCIAS.....	34
4.2	CONTEÚDOS.....	37
4.3	METODOLOGIA.....	41
4.4	AVALIAÇÃO.....	43
5	CONCLUSÃO.....	46
	REFERÊNCIAS.....	49
	APÊNDICE A.....	53
	APÊNDICE B.....	54
	APÊNDICE C.....	55
	APÊNDICE D.....	57
	APÊNDICE E.....	60

1 INTRODUÇÃO

A segurança pública é um dos pilares para o desenvolvimento social e econômico, figurando como pauta essencial dentre as políticas promovidas pelos governos das nações. Nesse contexto, é importante garantir que os profissionais responsáveis pela proteção e segurança das pessoas estejam devidamente preparados, não apenas para atuar nas demandas cotidianas de prevenção e combate à violência e à criminalidade, mas, também, para enfrentar os desafios complexos e dinâmicos que caracterizam o cenário atual da segurança, com destaque à realidade brasileira.

Por essa razão, a formação inicial e continuada dos profissionais da segurança pública assume um papel de destaque dentre as demandas de investimento na área, pois é fundamental o desenvolvimento constante de competências (conhecimentos, habilidades e atitudes), para o aprimoramento da atuação das instituições que compõem o Sistema Único de Segurança Pública (Susp).

Se, por um lado, as questões referentes à segurança pública são majoritariamente de interesse e responsabilidade dos estados e municípios, coube à esfera federal pensar e estabelecer ações estratégicas e estruturantes para a melhoria dos índices da segurança pública no país. Assim, a Matriz Curricular Nacional (MCN) foi implementada no ano de 2003, como uma iniciativa inovadora, com o propósito de servir de parâmetro pedagógico, como um referencial teórico-metodológico, das ações de formação inicial e continuada dos profissionais da segurança pública.

Apesar da sua adesão pelos estados e municípios não ser necessariamente obrigatória, a MCN inaugurou um novo paradigma na formação profissional no campo da segurança pública. A matriz incorporou princípios e pressupostos de funcionamento inovadores na área, tomando por base o ensino por competências. Dessa maneira, a MCN suscita a mobilização de saberes e a reflexão crítica para que os discentes possam aprimorar suas práticas; além da escolha das metodologias ativas para orientar o processo ensino-aprendizagem, no qual os discentes são considerados sujeitos participantes, assumindo o protagonismo do seu processo formativo

Isso implicava na superação da ideia de que as ações educacionais na segurança pública deveriam privilegiar o aperfeiçoamento de habilidades específicas (saber fazer), em detrimento de uma formação mais ampla e integrada, que valorizasse as competências cognitivas (saber, saber aprender) e as competências atitudinais (saber ser, saber agir e saber conviver), para uma atuação mais autônoma, crítica e reflexiva desses profissionais, diante das múltiplas e

complexas demandas do contexto da segurança pública e, não apenas, ser eficiente na realização de tarefas específicas.

Contudo, apesar de sua importância e do potencial de transformação que a Matriz Curricular Nacional oferece para a formação dos profissionais da segurança pública, levantou-se o seguinte questionamento, que buscou orientar a condução desta investigação: como aplicar efetivamente os princípios e diretrizes da MCN nas ações educacionais promovidas pelas instituições que compõem o Sistema Único de Segurança Pública?

Considerando que a implementação da MCN exige uma adaptação das diretrizes pedagógicas e metodológicas às especificidades de cada instituição, acolhendo tanto as diferenças regionais quanto as características e necessidades dos profissionais em formação, é necessário estruturar uma proposta de formação, que possibilite o aprofundamento dos seus referenciais teóricos e metodológicos, além de propor estratégias pedagógicas para auxiliar nas ações de planejamento, execução e avaliação das ações educacionais, em consonância com a Matriz.

Diante do contexto exposto, o presente trabalho teve como principal objetivo desenvolver uma proposta de capacitação continuada para a aplicação da Matriz Curricular Nacional para aprimorar as atividades de planejamento, execução e avaliação das ações educacionais no campo da segurança pública.

Como objetivos específicos, esta investigação teve por finalidade:

- a) Identificar os principais desafios e peculiaridades da formação profissional em segurança pública que devem ser considerados no desenvolvimento de ações educacionais no Susp, alinhadas às diretrizes pedagógicas da Matriz Curricular Nacional;
- b) Analisar as diretrizes e princípios da MCN, a fim de identificar as competências e abordagens pedagógicas necessárias à sua aplicação efetiva nas atividades de planejamento, execução e avaliação das ações educacionais no contexto da segurança pública; e
- c) Propor um curso de formação continuada, com foco na aplicação da Matriz Curricular Nacional, que permita a sistematização e melhoria das práticas pedagógicas nas instituições de segurança pública.

A discussão sobre a formação dos profissionais da segurança pública e, consequente, proposição de um Curso de Formação para Aplicação da Matriz Curricular Nacional tomou por base os pressupostos metodológicos da pesquisa-ação (Thiollent, 2011), no estabelecimento de estratégias para o alcance dos objetivos propostos, buscando integrar teoria e prática, e permitindo que os sujeitos da pesquisa participassem ativamente da reflexão e constituição do

produto desta pesquisa, de forma a promover a transformação da realidade concreta do contexto estudado.

Para tanto, foram utilizados três dispositivos para acesso e triangulação dos dados: a análise documental, para aprofundar o entendimento sobre o objeto de estudo, servindo de alicerce para estruturação do produto tecnológico; entrevistas, com o objetivo de identificar as demandas de formação específicas relacionadas ao tema da pesquisa; e a realização de um grupo focal com os integrantes da Coordenação Pedagógica (COP), da Diretoria de Ensino e Pesquisa (DEP), da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), da estrutura do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), sujeitos e *lócus* da pesquisa, respectivamente, como estratégia para o desenvolvimento colaborativo da proposta do curso.

Como forma de tratamento, análise e interpretação dos dados levantados ao longo da pesquisa, foi escolhida a estratégia de composição de núcleos de significação, como ferramenta para explorar os dados qualitativos, por meio do estabelecimento de inter-relações entre o referencial teórico, os dados levantados e o contexto da pesquisa, identificando padrões, contradições e transformações que emergiram no processo de construção de significados, na leitura do *corpus* empírico da pesquisa.

A partir dos núcleos de significação:

(...) é possível verificar as transformações e contradições que ocorrem no processo de construção dos sentidos e dos significados, o que possibilitará uma análise mais consistente que nos permita ir além do aparente e considerar tanto as condições subjetivas quanto as contextuais e históricas (Aguilar; Ozella, 2013, p. 310).

A intenção foi que, com base nesses dados coletados, fosse possível construir a proposta de um Curso de Formação para Aplicação da Matriz Curricular Nacional. O resultado esperado foi, portanto, uma proposta embasada tanto nas diretrizes teóricas da MCN quanto nas necessidades reais e contextuais dos profissionais da segurança pública, possibilitando que o curso proposto atenda às demandas de formação nessa área.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Na literatura que aborda as questões relativas aos processos educativos, é possível observar que a educação é retratada como um fenômeno social. Sendo assim, a educação não se apresenta como elemento isolado dentro do tecido societário; mas, se estabelece como um processo dinâmico, interligado com outras esferas políticas, culturais, econômicas, dentre outras.

Libâneo (2013) reforça essa visão ao afirmar que:

Nesse sentido, a educação é *instituição social* que se ordena no sistema educacional de um país, em um determinado momento histórico; é um *produto*, significando os resultados obtidos da ação educativa conforme propósitos sociais e políticos pretendidos; é *processo* por consistir de transformações sucessivas tanto no sentido histórico quanto no de desenvolvimento da personalidade. (p. 22).

Assim, a educação supera a concepção de ser um mero mecanismo de transmissão de conhecimento, para assumir a configuração de um espaço de interação entre os atores educacionais, influenciando na dinâmica da construção de uma cidadania crítica e participativa, através da formação de sujeitos reflexivos, ao estabelecer um vínculo direto entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais, conforme previsto no inciso XI, do artigo 3, da Lei n.º 9.394 (LDB), de 20 de dezembro de 1996 (Brasil, 1996).

A partir dessa perspectiva, a intenção desta seção é contribuir com a reflexão para a compreensão dos pressupostos e das condições essenciais no processo de estruturação de uma proposta de criação do Curso de Formação para Aplicação da Matriz Curricular Nacional, analisando sua contribuição para a sistematização das atividades planejamento, execução e avaliação do processo ensino-aprendizagem, de forma a potencializar a estruturação e o funcionamento das ações formativas dos profissionais da área de segurança pública.

Por isso, esta seção deu destaque ao levantamento e análise dos princípios que fundamentam a educação corporativa, com ênfase nos processos de capacitação contínua e no aprendizado ao longo da vida, reconhecendo seu papel central na promoção de competências e habilidades essenciais para o desenvolvimento profissional. Em seguida, foram abordadas as questões referentes às ações educacionais em segurança pública, destacando suas características essenciais e peculiaridades, buscando apresentar e discutir os pressupostos da Matriz Curricular Nacional, como documento de referência para a formação inicial e continuada na área da segurança pública. E, como conclusão da seção, foram estabelecidos os contornos para a

construção do Projeto Pedagógico de Curso (PPC) da proposta em questão, estabelecendo os alicerces teóricos e metodológicos para sua construção e implementação.

Esses esforços de análise e compreensão dos princípios, da estrutura e do funcionamento da formação profissional em segurança pública subsidiaram a construção do produto tecnológico (Curso de Formação para Aplicação da Matriz Curricular Nacional), deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), cuja implementação poderá contribuir para a melhoria da qualidade da formação contínua, ao investir no aprimoramento dos processos de planejamento e implementação dos cursos no contexto do Sistema Único de Segurança Pública (Susp)¹.

2.1 EDUCAÇÃO CORPORATIVA

A discussão sobre a educação corporativa ganhou um maior destaque na década de 1980, diante de um cenário de competitividade entre as organizações e para auxiliar na busca por melhores resultados e retornos sobre os investimentos realizados (Oliveira; Duarte, 2018). No entanto, apesar da relevância do tema, não há um entendimento unificado sobre essa questão, que muitas vezes é tratada como sinônimo de universidade corporativa, o que pode levar a equívocos quanto às suas diferenças e especificidades.

No caso da educação corporativa, ela contempla um conjunto mais amplo de ações educacionais, formais e informais, voltadas para o desenvolvimento contínuo de competências dos integrantes de uma organização (Antonini; Saccol, 2011), incluindo atividades focadas na promoção da gestão do conhecimento, para impulsionar o alcance dos objetivos e metas institucionais (Toni; Alvares, 2016). Por outro lado, a universidade corporativa se caracteriza por possuir uma estrutura mais sistemática, com programas estruturados, integrando o rol de estratégias da educação corporativa (Alperstedt, 2001).

Dessa forma, aponta-se que a educação corporativa pode ser compreendida como uma iniciativa organizacional que visa garantir um processo contínuo e estruturado de aprendizagem vinculada a objetivos estratégicos, de modo a alinhar os processos de educação de funcionários às estratégias da empresa (Meister, 2005).

Seguindo o entendimento de Meister (1999), a educação corporativa se apresenta como uma espécie de "guarda-chuva estratégico para o desenvolvimento e a educação de

¹ O Sistema Único de Segurança Pública (Susp), instituído pela Lei nº 13.675/2018, é um arranjo integrador que reúne os órgãos previstos no Art. 144 da Constituição Federal — como polícias federal, civil, militar, bombeiros militares — além de agentes penitenciários, guardas municipais e outros atores estratégicos. Tem como órgão central o Ministério da Justiça e Segurança Pública e promove a atuação cooperativa e harmônica entre os diferentes entes da segurança pública no país.

funcionários, clientes e fornecedores, buscando otimizar as estratégias organizacionais, além de um laboratório de aprendizagem para a organização e um polo de educação permanente" (p. 8). Éboli (2012) reafirma esse entendimento da educação corporativa ao pontuar que:

Conhecer essas questões sobre educação corporativa talvez auxilie o entendimento inicial, por parte de todos os interessados em projetos dessa natureza, do que significa a concepção e a implementação de um sistema integrado e estratégico de educação, contemplando princípios e critérios norteadores da elaboração de um plano estratégico consistente e de qualidade. (Éboli, 2012, p. 190).

Assim, a educação corporativa refere-se ao conjunto de práticas e estratégias adotadas pelas organizações para desenvolver as competências de seus colaboradores, visando aprimorar o desempenho profissional e alcançar os objetivos institucionais (Brandão; Bahry, 2005). Ela envolve programas estruturados de formação, treinamentos, cursos e outras iniciativas que podem ser tanto presenciais quanto a distância, com foco no aprendizado contínuo e no desenvolvimento de competências estratégicas, gerenciais e operacionais, conforme os papéis e responsabilidades dos discentes na instituição (Andrade; Dutra, 2011).

Com isso, pode-se entender que a educação corporativa não se limita a capacitar os colaboradores para suas funções atuais, mas também prepará-los para os desafios futuros, alinhando suas demandas de aprendizagem às necessidades estratégicas da organização (Araújo; Borba, 2015). Ao refletir sobre essa abordagem, surge a necessidade de refletir sobre a crescente busca das organizações no atendimento às demandas de assimilação dos conhecimentos técnicos e habilidades, conforme um perfil profissiográfico desejável e específico, em detrimento do aperfeiçoamento do indivíduo, enquanto ser social, autônomo e crítico, em um processo contínuo, dinâmico e ao longo da vida (Faria; Melo, 2008).

Essa perspectiva sinaliza a necessidade de reconhecer as vantagens desse modelo de educação em ambientes corporativos, mas também aponta para a possibilidade de refletir sobre seu papel como um instrumento de desenvolvimento integral, que abrange não apenas as competências técnicas, mas também a formação ética e crítica do sujeito (Meister, 2005; Berlitz, 2014).

A educação não mais termina quando o aluno se forma na escola tradicional. Na antiga economia, a vida de um indivíduo era dividida em dois períodos: aquele em que ele ia para a escola e o posterior a sua formatura, em que ele começava a trabalhar. Agora, espera-se que os trabalhadores construam sua base de conhecimento ao longo da vida (Meister, 2005, p. 11).

Dessa forma, a educação corporativa não se resume apenas à preparação dos discentes para o mundo do trabalho; mas, recorrendo às diretrizes e bases da educação nacional (LDB), observa-se a necessidade de integrar a prática social à reflexão desses profissionais sobre seu papel no processo de desenvolvimento coletivo, enquanto sujeito capaz de contribuir de forma ativa e consciente na sociedade (Faria; Melo, 2008).

Nesse sentido, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) entende que:

[...] a educação pode inspirar as pessoas para inovar, aplicar seus conhecimentos, resolver problemas e realizar tarefas complexas. Particularmente nos níveis mais elevados, a escolarização produz pessoas com conhecimentos e habilidades cognitivas sofisticados, bem como a expectativa de que terão a oportunidade de colocar seus conhecimentos e habilidades em prática. É um equívoco concentrar o foco apenas na educação para o emprego ou na educação para desenvolver habilidades empreendedoras. A educação deve ser orientada para permitir que as pessoas criem bem-estar social e econômico de longo prazo para si mesmas, para suas famílias e para suas comunidades (Unesco, 2022, p. 41).

Esse entendimento vem no esteio da discussão/ ampliação do conceito de trabalho e da necessidade de resignificação da percepção da validade de determinados conjuntos de competências, especialmente, aqueles relacionados a saberes e experiências específicas e voltadas para o desempenho profissional do indivíduo (Fleury; Fleury, 2001). Em consonância com essas reflexões, Savianni (2007, p. 153) afirma que “o próprio ato do trabalho constitui-se como princípio educativo e que o que o homem é, o é pelo trabalho, nas contradições de seu movimento real”.

Por isso, a educação corporativa não deve fomentar apenas o desenvolvimento técnico e gerencial, mas se estabelecer como um meio fundamental para a formação integral do indivíduo, conciliando teoria e prática de maneira contínua (Meirelles; Melo, 2012). Ela vai além da simples transmissão de conteúdos, buscando promover uma aprendizagem que se estende ao longo da vida, integrando capacitação e desenvolvimento crítico (Deluiz, 2001). Assim, a educação corporativa se associa diretamente à necessidade de ações de capacitação continuada, sendo um pilar essencial para a estruturação de uma educação que acompanhe a evolução constante das demandas profissionais e sociais (Ruas, 2005).

Assegurar o direito à educação de qualidade ao longo da vida. Conforme estabelecido no Artigo 26 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), o direito à educação deve continuar a ser a base do novo contrato social para a educação e deve ainda ser ampliado para incluir o direito à

educação de qualidade ao longo da vida. Ele também deve abranger o direito à informação, à cultura e à ciência, bem como o direito ao acesso e à contribuição de conhecimentos comuns, os acervos de conhecimento coletivo da humanidade que foram acumulados ao longo de gerações e que estão em contínua transformação (Unesco, 2020).

Há algumas questões essenciais na leitura do Artigo 26 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), retomado no trecho extraído do 4º Relatório Global sobre Aprendizagem e Educação de Adultos, da Unesco: o “direito à educação de qualidade ao longo da vida” (Unesco, 2020).

A primeira marcação, “de qualidade”, sinaliza a necessidade de garantir que os processos educacionais sejam efetivos, proporcionando o desenvolvimento de competências essenciais para o aprimoramento integral do indivíduo, nas esferas pessoal e profissional, indo além da simples instrução formal para a realização de tarefas determinadas. Assim, a compreensão da educação corporativa como um processo contínuo e multifacetado, que integra desenvolvimento técnico e formação crítica, é essencial para a construção de profissionais mais capacitados e engajados (Cury, 2014).

Já a expressão “Ao longo da vida” surge como um marcador temporal, mostrando que não há um prazo fixo ou pré-estabelecido para o processo educativo, estando presente em todas as fases da vida de um indivíduo, especialmente quando se considera uma nova abordagem para a Aprendizagem e Educação de Adultos (AEA), devendo “[...] ser pensada como consistindo de três domínios principais: alfabetização e habilidades básicas, educação continuada e desenvolvimento profissional (habilidades profissionais), e educação liberal, popular e comunitária (habilidades para a cidadania ativa)” (Unesco, 2020, p. 181).

Essa perspectiva reforça a necessidade de aprofundar a reflexão sobre as ações de educação continuada e desenvolvimento profissional no âmbito da segurança pública, considerando sua natureza, características e especificidades. Afinal, a formação dos agentes da segurança pública deve atender não apenas à preparação técnica inicial, necessária para subsidiar sua atuação profissional, mas também promover o desenvolvimento contínuo de competências que possibilitem a reflexão crítica de seu papel junto à sociedade.

2.2 AÇÕES FORMATIVAS EM SEGURANÇA PÚBLICA

Diante da compreensão da relevância da educação corporativa e sua relação com a aprendizagem ao longo da vida, torna-se fundamental analisar como esses princípios se manifestam e são aplicados no contexto específico das ações formativas em segurança

pública. A educação corporativa, nesse caso, assume uma posição estratégica que extrapola, transcende a necessidade de apenas suprir um rito de preparação técnica dos profissionais das instituições que compõem o Sistema Único de Segurança Pública (Susp), mas também, engloba o desenvolvimento contínuo de competências, que atendam às complexas necessidades e exigências da sociedade em relação às demandas de prevenção e enfrentamento à violência e criminalidade.

A própria denominação do processo de preparação dos integrantes das instituições de segurança pública assume uma nomenclatura específica dentro do escopo da educação corporativa, englobando tanto a formação profissional inicial quanto a continuada, em consonância com o artigo 39, parágrafo 2º, inciso I, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), ao tratar da educação profissional e tecnológica, como estratégia de condução ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva (Brasil, 1996).

Assim, a formação profissional, quando integrada a uma perspectiva de educação corporativa, compreende a aprendizagem organizacional como um elemento central, promovendo a adaptação, a inovação e aprimoramento constante das práticas profissionais, impulsionando tanto o crescimento individual, quanto o cumprimento dos objetivos institucionais (Senge, 2006), diante dos desafios impostos pelo contexto dinâmico da segurança pública no Brasil.

Poncioni (2005) aponta que,

[...] neste cenário caótico de insegurança, um dos temas frequentemente levantados por estudiosos da área de segurança, por formuladores de políticas públicas, por autoridades de governo e pelos próprios policiais é a necessidade de profissionalizar a polícia brasileira como um recurso para capacitá-la para o desempenho mais eficiente, mais responsável e mais efetivo na condução da ordem e segurança públicas (Poncioni, 2005, p. 586).

Dois pontos centrais são abordados por Poncioni (2005), a serem considerados no trecho destacado: a profissionalização e a capacitação das polícias para um exercício mais efetivo, responsável e eficiente da promoção de segurança para a população. Tal preocupação se contextualiza, especialmente, quando as queixas comuns da população sobre a insegurança e a atuação policial incidem sobre o despreparo ou má qualificação desses profissionais.

Ainda que se tenha um questionamento sobre o caráter restritivo dos termos “profissionalização” e “capacitação”, pois direcionam-se quase que exclusivamente à aquisição de competências técnicas, há o reconhecimento de que a problemática da segurança não pode

ser entendida apenas como o resultado do aprimoramento de um determinado conjunto de habilidades profissionais (Kirsch; Veloso; Mill, 2024).

Desse modo, busca-se romper com a ideia de um ensino restrito ao ciclo de ações: transmissão do conteúdo pelo professor – memorização (curto prazo) pelo aluno – reprodução na prova – esquecimento do conteúdo. Assim, o ensino por competências emana como uma possibilidade de dar maior sentido ao que se aprende nos sistemas escolares (seja no ensino fundamental, médio, profissionalizante ou superior), no intuito de aplicabilidade real dos conhecimentos, bem como do manejo dos saberes em diferentes contextos (p. 5).

Dessa forma, é preciso reconhecer que as ações formativas em segurança pública não se restringem ao mero treinamento técnico. Deve-se partir do pressuposto de que elas devem promover o desenvolvimento de competências que permitam aos profissionais atuarem de forma efetiva, crítica e ética (Trindade; Porto, 2011). Nesse sentido, as ações educacionais, com ênfase no desenvolvimento integral do indivíduo, têm o potencial de contribuir significativamente para a formação de profissionais de segurança pública mais preparados para enfrentar os desafios de sua profissão.

Com isso, o desenvolvimento de competências em segurança pública deve ser entendido como um processo contínuo, que acompanha a carreira dos indivíduos ao longo de toda a sua trajetória profissional. Esse processo deve ser adaptado à realidade das instituições e dos contextos específicos da atuação na segurança pública, com foco não apenas em habilidades operacionais, mas também em competências relacionadas a conhecimentos e atitudes, incorporando aspectos de uma formação cidadã e de reflexão crítica, considerando as implicações de suas decisões na sociedade.

Para Schön (1992), a verdadeira formação profissional deve integrar teoria, prática e reflexão, na qual:

É possível olhar retrospectivamente e refletir sobre a reflexão-na-ação. Após a aula, o professor pode pensar no que aconteceu no que observou, no significado que lhe deu e na eventual adoção de outros sentidos. Refletir sobre a reflexão-na-ação é uma ação, uma observação e uma descrição, que exige o uso de palavras (Shön, 1992, p. 83).

A perspectiva apresentada por Schön (1992), estabelece um foco essencial na questão da reflexão como aspecto fundamental no processo formativo, antes, durante e após a atuação profissional. Assim, a formação não pode se limitar apenas à transmissão de conteúdo teórico ou à prática isolada; mas, seguindo a orientação do autor, é preciso ocorrer uma integração contínua entre a teoria, a prática e, principalmente, a reflexão crítica, resultando na elaboração

de conhecimentos tácitos (Nonaka; Takeuchi, 2008), decorrentes de uma análise mais aprofundada e sistemática das demandas enfrentadas na área da segurança pública.

Esse processo de reflexão crítica, que envolve a descrição verbal das experiências, é essencial para o desenvolvimento contínuo dos profissionais, pois permite a identificação de lacunas e a melhoria constante de suas práticas (Schön, 1992). Em contextos como a segurança pública, essa abordagem é particularmente valiosa, pois os profissionais enfrentam desafios éticos e técnicos que exigem uma reflexão constante e uma adaptação contínua às novas situações enfrentadas no seu cotidiano.

Nesse sentido, Perrenoud (1999, p. 9), afirma que “é preciso, então, ancorar a prática reflexiva sobre uma base de competências profissionais”. A pedagogia por competência, conforme defendida por Philippe Perrenoud, destaca a importância de desenvolver capacidades que permitam aos indivíduos agirem eficazmente em diferentes situações, mobilizando conhecimentos, habilidades e atitudes de forma integrada. No contexto da segurança pública, isso significa que os profissionais devem ser capazes de lidar com situações complexas, aplicando não apenas conhecimentos teóricos, mas também habilidades práticas e éticas.

A natureza complexa do trabalho policial de sustentação cotidiana da paz sob o império da lei, de afirmação de direitos e salvaguardas em ambientes voláteis e difusos marcados por incertezas, riscos e perigos, evidencia os limites de se seguir adotando uma perspectiva de educação corporativa orientada por modelos estanques e acríticos (Cordeiro; Muniz, 2010, p. 2).

Na formação profissional em segurança pública deve-se, portanto, priorizar a construção de competências que permitam aos profissionais atuar de maneira efetiva e ética, de forma a integrar conhecimentos teóricos com práticas reflexivas e habilidades práticas, com a finalidade de utilizar recursos cognitivos para solucionar problemas complexos, considerando a competência “[...] como a capacidade de mobilizar saberes para agir em diferentes situações da prática profissional, em que as reflexões antes, durante e após a ação estimulem a autonomia intelectual” (Brasil, 2014, p. 18).

Essa espécie de paradigma das ações educacionais na segurança pública foi sistematizada em âmbito nacional, através da elaboração da Matriz Curricular Nacional, documento que busca estabelecer diretrizes e competências essenciais para a formação dos profissionais da área.

As ações formativas de segurança pública, planejadas com base na Matriz, têm como objetivo geral favorecer a compreensão do exercício da atividade de segurança pública como prática da cidadania, da participação profissional, social e política num Estado Democrático de Direito, estimulando a adoção de atitudes de justiça, cooperação, respeito à Lei, promoção humana e repúdio a qualquer forma de intolerância (Brasil, 2014, p. 40).

Essa perspectiva pedagógica pretende integrar teoria, prática, incentivando uma atuação reflexiva que considere a complexidade das situações enfrentadas pelos profissionais de segurança pública. Além de desenvolver competências técnicas específicas, a Matriz Curricular Nacional visa também promover a construção de valores éticos e sociais essenciais, como o respeito aos direitos humanos e a responsabilidade social, elementos fundamentais para garantir uma atuação policial que seja não apenas eficiente, mas também justa e respeitosa aos princípios democráticos.

2.3 PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO

O Projeto Pedagógico de Curso (PPC) é um documento fundamental na definição das diretrizes e objetivos de uma ação educacional, independentemente dos sistemas, níveis e das modalidades de educação e ensino. Ele decorre de um processo contínuo de ação-reflexão, devendo ser construído, discutido, revisado e avaliado sistematicamente, de maneira colaborativa (Gadotti, 2000; Veiga, 2014), pela instituição responsável pela sua implementação, especialmente pelos responsáveis pelas etapas de planejamento, execução e monitoramento das ações educacionais, para garantir que as necessidades e anseios de todos sejam considerados (Arroyo, 2003).

Em sentido ampliado, ao tratar do Projeto Político-Pedagógico (PPP), Passos (2014) compreende que:

Nessa perspectiva, o projeto político-pedagógico vai além de um simples agrupamento de planos de ensino e de atividades diversas. O projeto não é algo que é construído e em seguida arquivado ou encaminhado às autoridades educacionais como prova do cumprimento de tarefas burocráticas. Ele é construído e vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo da escola. O projeto busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente (Veiga, 2014, p. 1).

Fazendo um recorte interpretativo da reflexão de Veiga (2014) sobre o PPP, para a vertente do Projeto Pedagógico de Curso, conclui-se que ele também não deve ser encarado

como um simples produto resultante do cumprimento de uma etapa protocolar do planejamento pedagógico, mas como um instrumento formativo e estratégico de sistematização do fazer pedagógico (Gadotti, 2000), ou seja, para a organização do próprio trabalho docente.

Assim, o Projeto Pedagógico de Curso deve refletir de maneira clara e coesa o “como” (metodologias e estratégias) e o “o que” (conteúdos e competências) de um curso específico, de forma a contribuir com o “para que”, ou seja, para o alcance dos objetivos educacionais e para o atendimento às necessidades formativas dos profissionais de segurança pública. Para Libâneo (2004), o PPP:

[...] é um documento que orienta a prática de produzir uma realidade: conhece-se a realidade presente, reflete-se sobre ela e traçam-se as coordenadas para a construção de uma nova realidade, propondo-se as formas mais adequadas de atender necessidades sociais e individuais dos alunos (Libâneo, 2004, p. 151).

Nesse sentido, compreende-se que o PPC não pode ser considerado apenas um papel, dado seu potencial de transformação de uma realidade, por meio da implementação de práticas pedagógicas inovadoras e participativas que favoreçam a reflexão crítica e a melhoria contínua dos processos formativos. No contexto da segurança pública, o PPC deve ser estruturado de forma a alinhar as diretrizes e práticas pedagógicas da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), presentes na Matriz Curricular Nacional, às especificidades e desafios de cada instituição que compõe o Susp, com ênfase na construção de competências cognitivas, técnicas, éticas e sociais.

O PPC deve, portanto, ser constantemente revisado e atualizado (Gadotti, 2000), incorporando as necessidades emergentes da sociedade e os desafios que surgem no campo da segurança pública. Sua construção colaborativa e contínua reflexão sobre o contexto social e institucional garantem que a formação dos profissionais esteja sempre em sintonia com as transformações dessa área específica e com as demandas da sociedade, contribuindo assim para a construção de uma segurança pública mais efetiva, em constante diálogo com os princípios do estado democrático de direito.

3 MÉTODO

Esta seção teve por finalidade descrever os principais aspectos metodológicos que orientaram esta investigação, focada na formação dos profissionais da segurança pública e na aplicação da Matriz Curricular Nacional (MCN). A intenção também foi detalhar o desenho geral da pesquisa, os dispositivos utilizados para a coleta de dados e informações, assim como os procedimentos adotados para a análise dos resultados obtidos.

Assim, para o alcance dos objetivos e responder à questão estruturante deste estudo foi realizada uma pesquisa aplicada, de abordagem qualitativa, com objetivo de promover um estudo de cunho exploratório e descritivo, no contexto da formação profissional em segurança pública, contribuindo para uma maior compreensão e consequente aprofundamento sobre o tema desta investigação. A autora Minayo (2011) defende a pesquisa qualitativa como fundamental para capturar as nuances das experiências humanas, de maneira a ressaltar e valorizar as perspectivas e a subjetividade dos participantes da pesquisa.

De acordo com Patias e Hohendorff (2019), a pesquisa qualitativa considera a realidade como múltipla e subjetiva, sendo a construção conjunta da realidade entre pesquisador e pesquisados essencial para um entendimento ainda mais aprofundado do objeto de estudo. Portanto, para o desenvolvimento desta proposta de pesquisa foi necessário construir um percurso metodológico que fosse capaz de abordar a complexidade e peculiaridades que envolvem não apenas os sujeitos ou o local da pesquisa, mas a interação ocorrida nesse contexto marcada por regramentos específicos.

O contexto desta pesquisa, particularmente, mostrou-se tão marcante e peculiar que se transformou em fonte de reflexões profundas e compreensão ampliada da formação profissional em segurança pública, servindo como uma espécie de fundamento epistemológico, com base nas experiências individuais relatadas de interações dos sujeitos e o objeto estudado, de forma a embasar o entendimento a respeito da natureza do conhecimento construído ao longo investigação, se baseando em um conceito ampliado de pesquisa, que amparou este estudo (Minayo, 2011; Triviños, 2008; Chizzotti, 2014).

Diante disso, o estudo adotou os pressupostos metodológicos da pesquisa-ação, conforme proposto por Thiollent (2011), como método da investigação, com o objetivo de integrar teoria e prática, permitindo uma interação constante entre o pesquisador e os participantes. A pesquisa-ação buscou promover a participação ativa dos sujeitos na reflexão e construção do produto final, possibilitando que os envolvidos contribuíssem de maneira

significativa para o desenvolvimento e transformação da realidade concreta do contexto estudado.

Nesse sentido, a pesquisa visou à proposição de um Curso de Formação para a Aplicação da Matriz Curricular Nacional (MCN), levando em consideração as necessidades e o contexto específico dos profissionais da segurança pública. Ao adotar a pesquisa-ação como método, buscou-se criar uma dinâmica colaborativa que promovesse uma reflexão crítica sobre o processo de formação desses profissionais, com base nas realidades vivenciadas por eles, resultando na elaboração colaborativa de solução prática para o problema diagnosticado durante a pesquisa.

Para instrumentalizar o estudo, foram adotados três dispositivos principais de coleta e triangulação dos dados: a análise documental, as entrevistas e a realização de um grupo focal. Embora a pesquisa-ação tenha um caráter processual e cíclico, as etapas envolvidas são independentes entre si, permitindo a escolha de questões, a aplicação de métodos e a produção de resultados distintos em cada fase.

Dessa forma, a seleção dos dispositivos de coleta e produção de dados, além de estar diretamente relacionada ao problema investigado e aos objetivos da pesquisa (Marconi; Lakatos, 2002), também teve como propósito fornecer subsídios para a elaboração do produto final da pesquisa, o projeto pedagógico do Curso de Formação para a Aplicação da Matriz Curricular Nacional.

Assim, a primeira etapa da pesquisa consistiu na realização da análise documental, tendo como foco a análise da Matriz Curricular Nacional para a formação dos profissionais de segurança pública. A partir da leitura crítica e detalhada dos documentos oficiais e normativos, foi possível aprofundar o entendimento sobre as diretrizes da MCN, estabelecendo um referencial teórico sólido para a elaboração do curso proposto.

Esse estudo documental serviu de alicerce para o desenvolvimento do produto tecnológico, ao fornecer uma base sólida e estruturada para as etapas subsequentes da pesquisa; destacando que a análise foi realizada de acordo com critérios específicos de interpretação e organização dos documentos, com o objetivo de extrair as informações essenciais para compreender o fenômeno estudado (Pimentel, 2001), além de entender as diretrizes da MCN e sua aplicabilidade no contexto da formação dos profissionais da segurança pública.

O processo de leitura foi realizado seguindo os critérios de análise crítica e sistemática (Minayo, 2011; Flick, 2013) e se concentrou, essencialmente, na Matriz Curricular Nacional, como referencial teórico e metodológico para as ações educacionais em segurança pública; mas, também considerou as normativas da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social

(PNSPDS), estabelecida na Lei 13.657, de 11 de junho de 2018, que prevê, dentre outras diretrizes, a formação e capacitação continuada e qualificada dos profissionais de segurança pública, em consonância com a Matriz Curricular Nacional (MCN). Esse enfoque ampliado permitiu uma compreensão mais abrangente das diretrizes e das políticas públicas relacionadas à formação dos profissionais de segurança pública, contribuindo para o embasamento da proposta de capacitação continuada.

A segunda etapa da pesquisa consistiu na realização de entrevistas semiestruturadas (Marconi; Lakatos, 2002; Gaio; Carvalho; Simões, 2008; Flick, 2013), com integrantes da esfera estratégica da Diretoria de Ensino e Pesquisa, da Secretaria Nacional da Segurança Pública, da estrutura do Ministério da Justiça e Segurança Pública, visando identificar as demandas específicas de formação de acordo com as necessidades do setor. As entrevistadas - Diretora de Ensino e Pesquisa, Coordenadora Geral de Pesquisa e Coordenadora Pedagógica da Coordenação Geral de Ensino - foram selecionadas com base na relevância de suas funções e experiências práticas, buscando garantir a representatividade das diversas perspectivas que compõem a área sistêmica da educação, no contexto da segurança pública.

Foram elaborados três roteiros de entrevistas, de forma a abranger questões fundamentais para a compreensão das lacunas e desafios na formação dos profissionais, como as dificuldades encontradas na aplicação da MCN, as limitações dos programas de formação atuais e as expectativas quanto a um curso de capacitação adequado. Os roteiros de entrevista foram construídos para a coleta de informações junto à Diretoria de Ensino e Pesquisa (Apêndice A), Coordenação Geral de Pesquisa (Apêndice B) e Coordenação Pedagógica da Coordenação Geral de Ensino (Apêndice C), de acordo com as peculiaridades das atividades de cada uma dessas unidades da Secretaria Nacional da Segurança Pública.

A análise das entrevistas foi realizada utilizando a técnica de composição de núcleos de significação, conforme sugerido por Aguiar e Ozella (2013). Essa abordagem permite a identificação de padrões, contradições e transformações nas falas dos entrevistados, possibilitando uma leitura mais aprofundada dos significados atribuídos pelos profissionais às questões relacionadas à sua formação.

Por fim, a terceira etapa de acesso aos dados da pesquisa envolveu a realização do grupo focal (Gatti, 2012), realizado com os integrantes da Coordenação Pedagógica da Diretoria de Ensino e Pesquisa, da Secretaria Nacional de Segurança Pública, da estrutura do Ministério da Justiça e Segurança Pública, sujeitos e *lócus* da pesquisa, respectivamente, como estratégia para o desenvolvimento colaborativo da proposta do curso. A escolha desses participantes foi estratégica, uma vez que eles desempenham papéis-chave na formulação e implementação de

políticas públicas relacionadas às ações educacionais em segurança, possuindo, portanto, uma visão ampla e técnica sobre as necessidades de formação dos profissionais da área.

O roteiro do grupo focal (Apêndice D) foi elaborado de maneira a estimular a reflexão sobre a estrutura e os conteúdos do curso, levando em consideração tanto as exigências da MCN quanto as particularidades do contexto da segurança pública no Brasil. Durante as discussões, as falas dos participantes foram analisadas qualitativamente, buscando identificar as percepções e sugestões que emergiram nas interações, sendo interpretadas à luz do referencial teórico e das demandas observadas nas entrevistas.

A análise dos dados qualitativos, tanto das entrevistas quanto do grupo focal, seguiu a metodologia da composição de núcleos de significação (Aguiar; Ozella, 2013). Este processo envolveu a identificação de padrões e contradições presentes nas falas dos participantes, além de um esforço para compreender as transformações nos significados e nas interpretações ao longo do desenvolvimento da pesquisa.

A inter-relação entre o referencial teórico, os dados empíricos coletados e as condições contextuais da pesquisa possibilitou uma análise aprofundada, permitindo identificar as necessidades reais de formação e as lacunas existentes nos programas de capacitação atuais. Dessa forma, foi possível construir uma proposta de curso de formação para a aplicação da Matriz Curricular Nacional que fosse tanto tecnicamente fundamentada quanto contextualizada às necessidades dos profissionais da segurança pública. Portanto, a triangulação entre os dados obtidos pela análise documental, pelas entrevistas e pelo grupo focal permitiu uma compreensão integral das demandas de formação na segurança pública. O uso da estratégia de composição de núcleos de significação garantiu uma análise robusta, capaz de identificar as transformações, contradições e novos significados que surgiram durante o processo de construção do curso proposto.

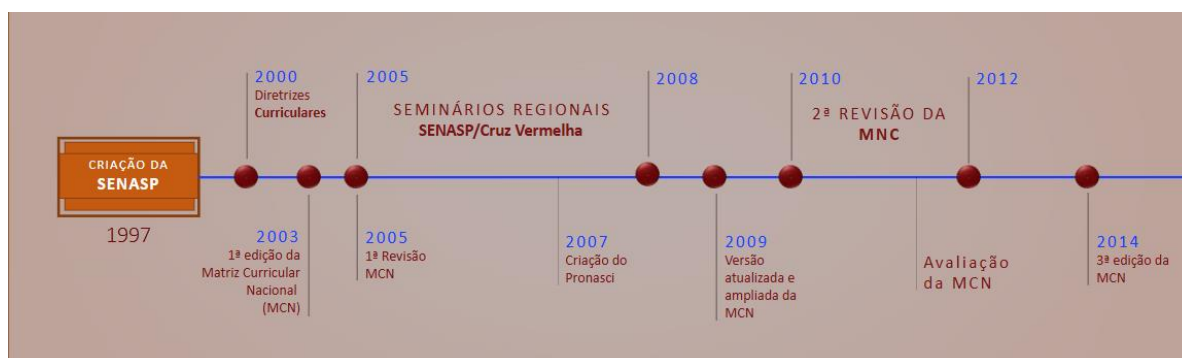
Com isso, foi possível alcançar o objetivo principal desta pesquisa que consistiu na formulação de uma proposta de formação (Apêndice E) que atendesse, de maneira efetiva, às necessidades práticas e teóricas dos profissionais de segurança pública, contribuindo para o aprimoramento da qualificação dessa categoria e, conseqüentemente, para o fortalecimento das políticas de segurança pública no Brasil.

3.1 Matriz Curricular Nacional

A Matriz Curricular Nacional representou um marco na construção de políticas públicas destinadas à melhoria da segurança pública no Brasil. Ela surge no ano de 2003 como uma

resposta às demandas de inovação e necessidades de padronização das abordagens pedagógicas, alinhadas aos desafios contemporâneos de promoção de uma formação profissional que prepare os agentes de segurança pública, para o enfrentamento da violência e criminalidade no país, contribuindo para a construção de uma sociedade mais segura e democrática.

Figura 1 - Histórico da Matriz Curricular Nacional



Fonte: Autora, 2025.

A Matriz Curricular Nacional se apresenta como um instrumento estratégico nacional na formulação e execução de ações educacionais, previsto nas normativas da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS), estabelecida na Lei 13.657, de 11 de junho de 2018, que prevê, dentre outras diretrizes, a formação e capacitação continuada e qualificada dos profissionais de segurança pública, em consonância com a Matriz Curricular Nacional (MCN).

Assim, a principal finalidade da Matriz (MCN) é orientar as ações educacionais das instituições que integram o Sistema Único de Segurança Pública (Susp), ao oferecer um conjunto de diretrizes e conteúdos, para guiá-las na construção de seus programas de formação profissional e, consequentemente, no planejamento, execução e avaliação das ações educacionais em segurança pública, buscando o desenvolvimento de competências essenciais para o exercício da profissão.

A Matriz Curricular Nacional caracteriza-se por ser um referencial teórico-metodológico para orientar as ações formativas - inicial e continuada - dos profissionais da área de segurança pública - Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros Militar, independentemente do nível ou da modalidade de ensino que se espera atender. Seus eixos articuladores e áreas temáticas norteiam, hoje, os mais diversos programas e projetos executados pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (Brasil, 2014, p. 11).

Nesse contexto, a própria denominação escolhida “matriz” remete a uma ideia de “criação” e “geração”, que amplia a concepção de currículo, para além do estabelecimento de uma grade curricular, na qual os conteúdos e disciplinas são apresentados de forma isolada e fragmentada, buscando uma abordagem mais dinâmica e integrada, que prioriza os princípios ético, educacional e didático-pedagógico.

Os princípios éticos presentes na MCN orientam a prática profissional com base nos direitos humanos. Os princípios educacionais garantem flexibilidade, qualidade e continuidade nas ações formativas. Já os princípios didático-pedagógicos asseguram a integração dos saberes, valorizando a interdisciplinaridade e a avaliação contínua.

Como fundamento teórico-metodológico, a Matriz Curricular Nacional destaca-se pela sua estrutura flexível que facilita a interação entre eixos articuladores e áreas temáticas, essenciais para o desenvolvimento pessoal e a conduta moral e ética dos profissionais de segurança pública. Os eixos temáticos incluem:

- 1) Sujeito e Interações no Contexto da Segurança Pública;
- 2) Sociedade, Poder, Estado e Espaço Público e Segurança Pública;
- 3) Ética, Cidadania, Direitos Humanos e Segurança Pública; e
- 4) Diversidade Étnica e Sociocultural, Conflitos e Segurança Pública.

Já as áreas temáticas abrangem conteúdos imprescindíveis à formação dos profissionais de segurança pública, como:

- 1) Sistemas, Instituições e Gestão Integrada em Segurança Pública;
- 2) Violência, Crime e Controle Social;
- 3) Conhecimentos Jurídicos;
- 4) Modalidades de Gestão de Conflitos e Eventos Críticos;
- 5) Valorização Profissional e Saúde do Trabalhador;
- 6) Comunicação, Informação e Tecnologias em Segurança Pública;
- 7) Cultura, Cotidiano e Prática Reflexiva; e
- 8) Funções, Técnicas e Procedimentos em Segurança Pública.

Esses pressupostos são estabelecidos pela Matriz Curricular Nacional para direcionar a organização das atividades formativas de ingresso, aperfeiçoamento, atualização ou capacitação continuada na área de segurança pública, seja nas modalidades presencial ou a distância.

Vale destacar que a Matriz Curricular Nacional segue os preceitos do desenvolvimento de competências (conhecimentos, habilidades e atitudes), por meio das quais ocorre a mobilização de saberes (Perrenoud, 1999; Shön, 1992; Brasil, 2014), e não o simples acúmulo de informações, para que os profissionais da área de segurança pública possam, de maneira

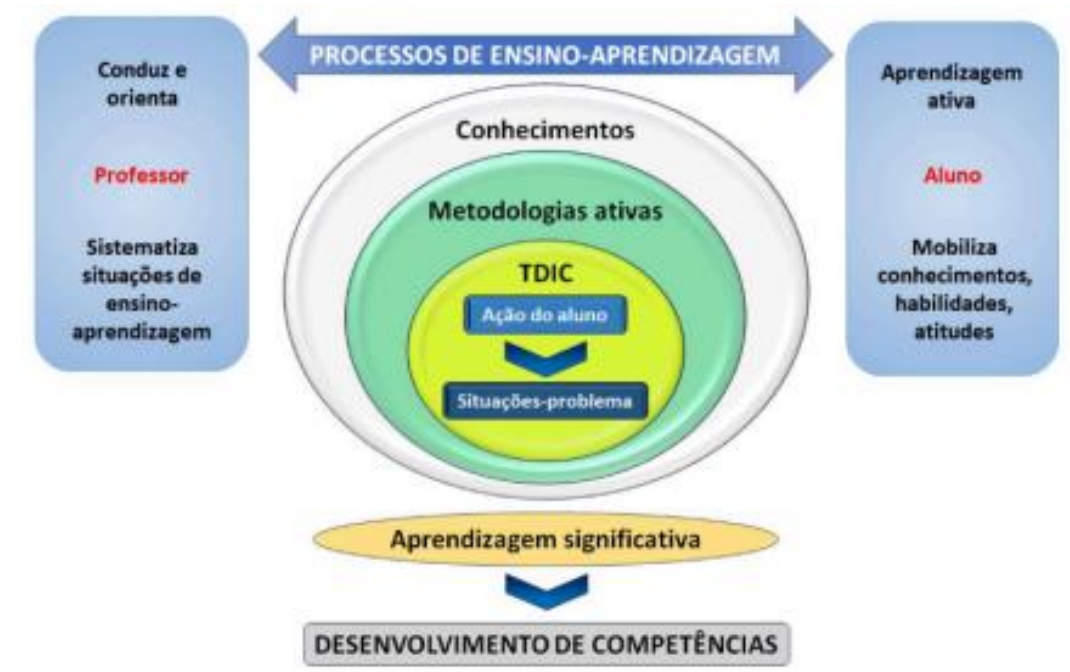
autônoma e responsável, refletir e agir criticamente em situações complexas e rotineiras de trabalho.

Isso implica, conseqüentemente, na escolha de práticas pedagógicas numa perspectiva que proporcione o diálogo com saberes e experiências previamente adquiridos pelos alunos e privilegie a interação entre os diferentes componentes curriculares, por meio:

- a) Contextualização - das ações formativas com a realidade social e os desafios da segurança pública;
- b) Interdisciplinaridade - entre os diversos campos dos conhecimentos relevantes para a área; e
- c) Transversalidade - dos temas relacionados aos direitos humanos em todas os componentes curriculares.

Dessa forma, a escolha das metodologias ativas se torna essencial nesse processo, pois se amparam na participação efetiva dos alunos, enquanto protagonista de sua própria aprendizagem; compreendendo as metodologias ativas na concepção de uma educação que valoriza a capacidade de utilização crítica e criativa dos conhecimentos, como Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP), simulações e estudos de caso, por exemplo.

Figura 2 – Ensino por Competências e as Metodologias Ativas



Fonte: Kirsch, Veloso e Mill (2024, p. 23).

A utilização dessas estratégias de ensino, alinhadas aos fundamentos das metodologias ativas, permite o desenvolvimento de competências profissionais extraídas de um perfil profissiográfico previamente estabelecido, conforme previsto na própria Matriz (Brasil, 2014), e possibilita a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos, promovendo a reflexão crítica, a resolução de problemas reais e a adaptação às situações dinâmicas do contexto da segurança pública.

A consolidação dessas práticas pedagógicas, contudo, necessita de um planejamento curricular bem estruturado, que considere as especificidades de cada programa ou das ações educacionais, observando as peculiaridades de cada instituição de segurança pública, o que enseja na necessidade de adaptar e aplicar a Matriz Curricular Nacional de maneira contextualizada.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A presente investigação teve como principal intenção apresentar uma proposta de criação de um curso de formação que ofereça fundamentos e estratégias para que seus participantes possam implementar as diretrizes pedagógicas da Secretaria Nacional de Segurança Pública, conforme materializadas na Matriz Curricular Nacional, documento que se apresenta como referencial teórico-metodológico para as ações formativas dos profissionais da área da segurança pública.

A proposta visa, dessa maneira, contribuir para o desenvolvimento das competências profissionais dos integrantes do Sistema Único de Segurança Pública, por meio do aprimoramento das ações de planejamento, execução e avaliação das ações educacionais voltadas para a formação inicial e continuada de policiais militares, policiais civis, policiais penais, bombeiros militares, guardas municipais, peritos criminais e demais profissionais de instituições parceiras do Susp.

Assim, esta seção buscou apresentar e discutir os principais resultados obtidos ao longo da pesquisa, com foco na etapa final de consolidação da proposta de apresentação de um produto tecnológico. Nela, estão contidas as discussões elaboradas a partir da verificação e análise dos elementos levantados no trabalho de campo (*corpus* empírico), de forma a proporcionar uma visão crítica sobre as implicações da proposta e seus efeitos potenciais para a formação profissional no âmbito da segurança pública.

Dessa forma, o foco desta seção é abordar, especialmente, o terceiro objetivo desta investigação, que consistiu na proposição de um curso de formação direcionado aos responsáveis pelas ações de planejamento, execução e avaliação de ações educacionais em segurança pública, com foco na aplicação da Matriz Curricular Nacional, que permita a sistematização e melhoria das práticas pedagógicas nas corporações.

Nesta etapa da pesquisa, conhecidas as bases conceituais e o contexto de formação profissional, a partir dos quais se estrutura a proposta de um Curso de Formação para a Aplicação da Matriz Curricular Nacional, é fundamental ter acesso aos dados coletados no *lócus* da pesquisa (Diretoria de Ensino e Pesquisa – DEP, da Senasp), a partir da interação dos sujeitos participantes (integrantes da Coordenação Pedagógica - COP, da DEP/ Senasp), deste processo de construção de conhecimento e o objeto de estudo, resultando em achados decorrentes do seu processo de descrição, análise e interpretação dos dados levantados ao longo da pesquisa.

Para a análise dos resultados, a apresentação e discussão foram organizadas em núcleos de significação (categorias), que se relacionam diretamente com as fases de elaboração do

Projeto Pedagógico do Curso (PPC), incluindo a coleta de dados e a produção de informações. A exceção se dá pela análise de documentos que, embora tenha subsidiado a construção do contexto de formação, também contribuiu para a interpretação e análise de dados coletados por meio de entrevistas e grupo focal.

Os núcleos de significação estão alinhados às etapas de desenvolvimento da proposta do curso, com base nas diretrizes da MCN e, também, refletem os objetivos e os pressupostos metodológicos adotados para esta investigação. A organização desta subseção do relatório de pesquisa, portanto, seguiu a seguinte estrutura:

1º Núcleo de Significação - Mapa de Competências;

2º Núcleo de Significação - Conteúdos;

3º Núcleo de Significação - Metodologia; e

4º Núcleo de Significação - Avaliação.

Assim, os quatro núcleos de significação que estruturaram a proposta do curso de formação foram organizados para atender aos requisitos da Coordenação Pedagógica, da Diretoria de Ensino e Pesquisa, da Senasp para a elaboração de um projeto pedagógico de cursos, bem como para considerar as demandas específicas da segurança pública, assegurando que a formação oferecida seja tanto relevante quanto efetiva na promoção de melhorias nas práticas pedagógicas e na formação profissional dos integrantes do Sistema Único de Segurança Pública.

4.1 MAPA DE COMPETÊNCIAS

O primeiro núcleo de significação abordou a questão central do Projeto Pedagógico de Curso que consistiu na elaboração do mapa de competências, configurando como um dos principais elementos estruturantes para o desenvolvimento do curso proposto. A análise desta categoria procurou identificar as competências essenciais que devem ser adquiridas pelos profissionais da segurança pública para garantir a efetiva aplicação da Matriz Curricular Nacional, de forma que suas práticas pedagógicas atendam às exigências doutrinárias, técnicas, legais e operacionais da Secretaria Nacional da Segurança Pública, conforme estabelecido na própria MCN.

Vale destacar que uma das principais finalidades do mapa de competências é orientar a estruturação dos conteúdos e escolha de estratégias metodológicas, possibilitando que os alunos possam desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias, dentro de um programa de formação continuada, buscando o aprimoramento da atuação desses profissionais.

Se o objetivo é construir um programa de capacitação continuada para as polícias que, de fato, reflita a realidade do seu trabalho, então a identificação crítica das competências policiais para a realização de suas atribuições é de fundamental importância. Isto porque serão estas competências mapeadas que irão orientar os policiais a mobilizarem saberes aprendidos nas situações profissionais vivenciadas (Cordeiro; Muniz, 2010, p.6).

No caso específico da proposta do Curso de Formação para a Aplicação da Matriz Curricular Nacional, que busca auxiliar nas ações de planejamento, execução e avaliação dos programas de educação continuada, a preocupação na elaboração do mapa de competência está em possibilitar que os alunos possam compreender e aplicar os princípios pedagógicos e técnicos envolvidos. Assim, a formação necessita abranger desde competências pedagógicas e metodológicas quanto competências socioemocionais e éticas, essenciais para favorecer o processo de construção de conhecimentos, de forma colaborativa, integrada, reflexiva e crítica.

Conforme sinalizado por uma das entrevistadas da pesquisa, a Coordenadora Pedagógica, da Diretoria de Ensino e Pesquisa da Senasp, é necessário considerar que:

Para uma implementação efetiva da MCN essa formação precisa desenvolver uma série de competências. Tanto pedagógicas quanto técnicas. Ou seja, compreender bem a matriz curricular sobre o que diz respeito ao planejamento, as metodologias; competências socioemocionais, sobretudo para o processo de multiplicação; a percepção de uma avaliação formativa e construtiva; aspectos éticos; etc. Todas essas competências elas **vão desembocar em um conteúdo mais especializado e em uma prática crítica e reflexiva para o desenvolvimento de competências técnicas específicas** e de boas práticas para a segurança pública (Entrevista 2).

Assim, o mapeamento de competências se configura como uma etapa fundamental para o desenvolvimento de um curso, servindo como linha mestra para o direcionamento das demais escolhas pedagógicas, como a definição dos conteúdos programáticos, metodologias de ensino, estratégias de avaliação, em linhas gerais. Todo esse movimento deve considerar, permanentemente, as especificidades das ações educacionais em segurança pública, e a necessidade de promover um processo formativo que promova o desenvolvimento integral do indivíduo, e não apenas ao aprimoramento de suas competências procedimentais ou de transmissão de conhecimentos técnicos aos seus participantes.

Dessa forma, a partir da contribuição dos sujeitos da pesquisa, os integrantes da Coordenação Pedagógica da DEP/ Senasp, durante a realização de um encontro configurado a partir dos pressupostos do grupo focal, foi possível traçar um perfil das competências que

precisam ser desenvolvidas para a aplicação da MCN no desenvolvimento das ações educacionais em segurança pública, seguindo os seguintes passos²:

a) Estabelecimento da estrutura formal de apresentação funcional e divisão das competências em capacidades cognitivas (saber), procedimentais (saber fazer) e atitudinais (saber ser);

b) Identificação das competências (conhecimentos, habilidades e atitudes), a partir da escuta qualificada dos sujeitos da pesquisa, que possuem experiências no planejamento, execução e avaliação das ações educacionais; e

c) Definição da malha curricular, de forma a subsidiar a organização dos conteúdos programáticos, considerando a interdisciplinaridade e a integração dos saberes necessários à formação contínua dos profissionais de segurança pública.

Como resultado dessa etapa, foi construído o mapa de competências do Curso de Formação para a Aplicação da Matriz Curricular Nacional, de forma colaborativa com os sujeitos da pesquisa, conforme quadro a seguir:

Quadro 1 – Mapa de Competências

MAPA DE COMPETÊNCIAS		
Curso de Formação para a Aplicação da Matriz Curricular Nacional		
Conceituais	Procedimentais	Atitudinais
1. Compreender os princípios, diretrizes, eixos articuladores e áreas temáticas da MCN;	1. Ser capaz de planejar, executar e avaliar ações educacionais em segurança pública alinhadas com a MCN;	1. Demonstrar comprometimento com a melhoria contínua dos processos educacionais em segurança pública;
2. Conhecer os conteúdos essenciais da MCN;	2. Adaptar a MCN aos diferentes contextos de formação;	2. Adotar uma postura ética e reflexiva no processo de ensino-aprendizagem;
3. Compreender as metodologias ativas e os instrumentos de avaliação de aprendizagem.	3. Utilizar metodologias ativas de ensino-aprendizagem;	3. Comprometer-se com a implementação e o acompanhamento das diretrizes da MCN, promovendo a qualidade na educação em segurança pública.
	4. Elaborar documentos pedagógicos e materiais didáticos alinhados à MCN;	
	5. Aplicar instrumentos de avaliação de aprendizagem, conforme diretrizes da MCN.	

Fonte: Autora, baseado em Cordeiro e Muniz (2010).

² Os passos listados foram adaptados de Cordeiro e Muniz (2010), conforme discutidos em sua produção intitulada “Mapeando Competências Rumo à Aprendizagem Continuada em Segurança Pública”.

Essa organização do fazer pedagógico, a partir do mapa de competências, é fundamental para garantir que elas sejam abordadas de maneira sistemática e coordenada, alinhando teoria e prática de acordo com as necessidades do contexto da segurança pública, possibilitando, em contrapartida, a retroalimentação do ciclo de planejamento e gestão das ações educacionais.

4.2 CONTEÚDOS

O segundo núcleo de significação tratou da definição dos conteúdos que devem compor a malha curricular do curso de formação. A seleção e organização dos conteúdos programáticos partiram de um processo de análise que considerou as dimensões do conhecimento que expressem as capacidades conceituais, procedimentais e atitudinais previstas no mapa de competências do curso, bem como as diretrizes pedagógicas previstas na própria Matriz Curricular Nacional, principal temática da ação educacional proposta.

A análise de dados revelou que, apesar da existência de uma base teórica consolidada, ainda há lacunas significativas entre o conhecimento teórico e as necessidades práticas dos profissionais da segurança pública. Isso, se deve, em parte, ao fato de que a formação, em muitos aspectos, não tem acompanhado a dinâmica de mudanças na sociedade e às demandas pedagógicas oriundas do contexto da segurança pública, conforme expressas na MCN.

Com relação à Matriz Curricular Nacional, essa necessidade de preenchimento das lacunas de conteúdos específicos, que trabalhem as demandas da segurança pública na contemporaneidade, resultou no processo de atualização da MCN, em andamento, que busca alinhar os conteúdos curriculares às exigências práticas do campo profissional e às dinâmicas sociais em constante movimento de transformação, promovendo uma formação mais reflexiva e efetiva para os profissionais da área.

Conforme foi mencionado pela Coordenadora-Geral de Pesquisa, da DEP/Senasp, responsável pelo processo de atualização da MCN:

O profissional da segurança pública, que está na ponta, ele é muito sensível às mudanças da sociedade como um todo [...]. Então é interessante ver que, o que vem surgindo de necessidade de revisão, de atualização da Matriz, vem do que é técnico, mas, isso vem também muito dos **profissionais de segurança pública que enxergam que, conforme a sociedade muda, eles precisam de atualização ferramental** para atender a essa mesma sociedade (Entrevista 1).

O panorama apresentado pela entrevistada reforça a importância da previsão de uma proposta de malha curricular na MCN, que contemple uma série de conteúdos programáticos que sejam dinâmicos e adaptável às demandas emergentes. O texto "Mapeando Competências Rumo à Aprendizagem Continuada em Segurança Pública" reforça a relevância da atualização curricular ao destacar que "a capacidade de aprender corresponde precisamente à capacidade de pensar o futuro [...] como uma perspectiva em construção" (Cordeiro; Muniz, 2010, p. 4). Essa abordagem é essencial para alinhar os conteúdos curriculares às mudanças sociais e às novas exigências do campo profissional.

A partir dessa reflexão, foi possível elaborar uma proposta de ementário para o Curso de Formação para a Aplicação da Matriz Curricular Nacional, também como contribuição dos sujeitos da pesquisa, durante o encontro realizado com base nos pressupostos do grupo focal:

Quadro 2 – Malha Curricular

Ementário			
Curso: Curso de Formação para Aplicação da Matriz Curricular Nacional			
Público-alvo: Integrantes do Sistema Único de Segurança Pública (Susp)			
Carga horária: 40 h/a			
Disciplinas/ Área Temática MCN	Docente	Monitor	CH
01 - Palestra: O Processo de Criação da Matriz Curricular Nacional: o referencial para a segurança pública no Brasil Área Temática V: Valorização Profissional e Saúde do Trabalhador; Conteúdos: Histórico da Criação da MCN. Implementação e Impacto da MCN; Revisão e Atualização da MCN; Objetivo: Compreender o processo de criação e evolução da Matriz Curricular Nacional, destacando sua importância como referencial para a formação dos profissionais de segurança pública no Brasil; Estratégias de Ensino: Aula expositiva com elementos interativos, como perguntas e discussões e apresentações multimídia.	01	00	02 h/a
02 - Disciplina: Fundamentos e Desafios da Matriz Curricular Nacional na Formação em Segurança Pública Área Temática VII: Cultura, Cotidiano e Prática Reflexiva; Conteúdos: Introdução à Matriz Curricular Nacional (MCN): conceito e contextualização. Importância da MCN para a Formação em Segurança Pública. Desafios e Limitações na Implementação da MCN nas Instituições de Ensino. Peculiaridades da Formação em Segurança Pública: contexto e práticas educacionais.	01	00	06 h/a

Objetivo: Apresentar os conceitos fundamentais da MCN, sua relevância no contexto educacional de segurança pública e os principais desafios para sua implementação na formação dos profissionais do Susp; Estratégias de Ensino: Aula expositiva com elementos interativos, como discussões em grupo e apresentações multimídia.			
03 - Disciplina: Aspectos técnicos, legais e éticos na Implementação da MCN Área Temática VII: Cultura, Cotidiano e Prática Reflexiva; Conteúdos: Princípios éticos, educacionais e didáticos - pedagógicos da MCN. Perfil Profissiográfico e a elaboração do mapa de competências. Análise crítica da dinâmica curricular: eixos articuladores e áreas temáticas da MCN; Objetivo: Compreender os aspectos legais, técnicos e éticos que permeiam a implementação da MCN. Estratégias de Ensino: Estudos de caso, debates e simulações para permitir a análise crítica de dilemas éticos e legais na aplicação da MCN, com foco na gestão de conflitos e práticas adequadas.	01	00	08 h/a
04 - Disciplina: Diretrizes pedagógicas para a implementação da MCN em diferentes contextos institucionais; Área Temática I: Sistemas, Instituições e Gestão Integrada em Segurança Pública; Conteúdos: Planejamento e execução de ações formativas alinhadas à MCN; Avaliação de resultados e impacto na formação dos profissionais; Indicadores de qualidade e melhoria contínua nos processos de formação. Objetivo: Capacitar os participantes para planejar, gerenciar e avaliar programas de formação em segurança pública; Estratégias de Ensino: Aulas expositivas com elementos interativos; Estudos de caso e simulações de planejamento e gestão.	02	00	08 h/a
05 - Disciplina: Metodologias Ativas e Estratégias de Ensino para a Implementação da MCN Área Temática I: Sistemas, Instituições e Gestão Integrada em Segurança Pública; Conteúdos: Introdução às metodologias ativas. Aplicação das metodologias ativas na implementação da MCN. Estratégias para engajamento e aprendizagem significativa; Objetivo: Desenvolver habilidades para aplicar metodologias ativas no ensino da segurança pública, com	02	00	08 h/a

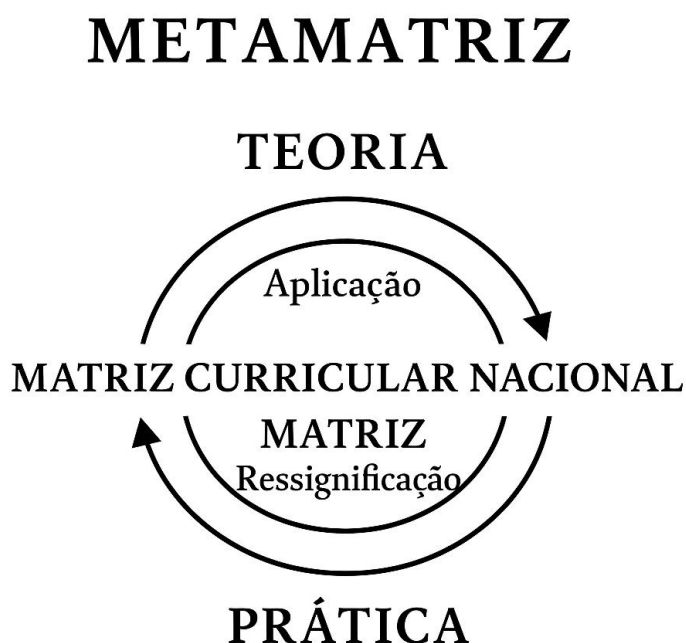
foco na implementação da MCN, promovendo a aprendizagem crítica e colaborativa; Estratégias de Ensino: Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP); Estudo de Casos; Discussões em grupo sobre a eficácia das metodologias ativas.			
06 - Disciplina: Oficina para planejamento de ações educacionais Área Temática I: Sistemas, Instituições e Gestão Integrada em Segurança Pública; Conteúdos: Desenvolvimento de projetos para implementação da MCN em diferentes contextos; Objetivo: Capacitar os participantes para implementar a MCN em suas instituições; Estratégias de Ensino: Oficina para planejamento de ações educacionais; Mentoria e feedback sobre os projetos desenvolvidos.	02	02	08 h/a
Total	09	02	40 h/a

Fonte: Autora, 2025.

A estrutura modular do curso foi planejada de forma a integrar os conteúdos teóricos e práticos, promovendo uma formação que valoriza a interdisciplinaridade e transversalidade na construção dos conhecimentos pelos participantes do curso, conforme estabelecido pela Matriz Curricular Nacional.

Assim, durante a construção da proposta de curso, um dos achados mais relevantes emergiu não apenas da aplicação dos pressupostos da MCN, mas da forma como esses pressupostos passaram a orientar a própria reflexão crítica sobre a matriz. A esse movimento conceitual e metodológico denominou-se “metamatrix”, uma matriz que se lê, se aplica e se recria a partir de si mesma.

A metamatrix não é apenas um instrumento técnico de transposição pedagógica; ela constitui um campo de reflexão em que a epistemologia da matriz curricular se torna conteúdo e método da formação. Ao utilizar a MCN como referencial estruturante do curso (e ao mesmo tempo objeto de análise e ressignificação), o trabalho assume um caráter metalinguístico, em que os fundamentos teóricos e metodológicos da matriz não apenas orientam o conteúdo, mas são também problematizados e reelaborados como parte do processo formativo.

Figura 3 – Metamatriz

Fonte: Autora, 2025.

Dessa maneira, a metamatrix configura-se como um dispositivo formativo que rompe com a linearidade entre teoria e prática, instaurando um ciclo dinâmico no qual a matriz curricular se torna agente e objeto da formação. Esse ciclo autorreflexivo evidencia a potência da MCN como base viva para a construção de percursos pedagógicos críticos e situados, reafirmando seu papel como eixo estruturante das políticas públicas educacionais no campo da segurança pública.

4.3 METODOLOGIA

A proposta metodológica do Curso de Formação para Aplicação da Matriz Curricular Nacional apresentada neste terceiro núcleo de significação é uma etapa essencial para a implementação da ação educacional proposta. A escolha da metodologia busca garantir que os objetivos de aprendizagem sejam alcançados de forma efetiva, considerando a diversidade de perfis dos participantes e os variados contextos e instituições em que atuam.

Assim, a escolha da metodologia ativa torna-se elementar, pois atende às diretrizes pedagógicas da MCN, que preconiza que a prática pedagógica deve utilizar estratégias de ensino que promova a reflexão antes, durante e após a ação, favorecendo a participação efetiva dos discentes. Com isso, “[...] o estudante torna-se ativo nesse processo e não mais apenas escuta o professor em sala de aula, ele age diante dos conteúdos” (Kirsch; Veloso; Mill, 2024, p. 12).

O desafio reside na combinação dos pressupostos da pedagogia por competências e os fundamentos da metodologia ativa para favorecer o diálogo e a articulação entre a teoria e a prática, mobilizando saberes para a consolidação de conhecimentos e a construção colaborativa de soluções para fazer frente aos desafios da área da segurança pública.

Assim, é possível aliar a abordagem teórica das metodologias ativas e do ensino por competências, pois ambos buscam, justamente, contemplar um ensino mais funcional nos princípios curriculares, abandonando diretrizes obsoletas da escola (Kirsch; Veloso; Mill, 2024, p. 18).

A citação de Kirsch, Veloso e Mill (2024) destaca a importância de aliar as metodologias ativas e o ensino por competências, pois ambos buscam proporcionar um ensino mais funcional e alinhado aos princípios curriculares presentes na Matriz Curricular Nacional, superando diretrizes obsoletas da formação profissional, focada apenas no aprimoramento de habilidades técnicas, que não atendem mais às demandas atuais.

Esse conceito se conecta diretamente às palavras da Coordenadora Pedagógica da Coordenação Geral de Ensino da DEP/Senasp, quando enfatiza que “[...] um curso de formação, teria o papel ‘decodificar’ o que está na teoria para a prática. Afinal, a própria MCN a define como com caráter teórico-metodológico, ou seja, essa teoria e prática são indissociáveis” (Entrevista 2).

Assim, a proposta metodológica do curso visa integrar teoria e prática de maneira contínua, proporcionando aos participantes uma experiência formativa que vai além do ensino tradicional. Ao adotar metodologias ativas, como a aprendizagem baseada em problemas, estudos de caso, simulações e atividades práticas, por exemplo, o curso busca desenvolver competências não apenas técnicas, mas também cognitivas e atitudinais, alinhadas às exigências da segurança pública contemporânea e, especialmente, às diretrizes da MCN.

Figura 3 – Proposta metodológica do Curso de Formação para Aplicação da MCN

Fonte: Autora, 2025.

A escolha de estratégias de ensino colaborativas, possibilita também a integração entre profissionais de diferentes corporações, além de incentivar a troca de saberes e experiências, além de favorecer a construção coletiva de soluções para os desafios enfrentados na segurança pública. Porém, é preciso considerar que processo de implementação de metodologias ativas demanda um planejamento criterioso e um monitoramento e avaliação contínuos, garantindo que as práticas pedagógicas estejam sempre alinhadas às necessidades dos alunos e às demandas de formação no contexto da segurança pública; esses procedimentos são essenciais e indispensáveis, considerando o potencial das metodologias ativas de transformar a formação em segurança pública, promovendo uma aprendizagem mais significativa e com maior aplicabilidade no dia a dia da atuação profissional nessa área.

4.4 AVALIAÇÃO

Por fim, o quarto núcleo de significação analisa a questão da avaliação, considerando-a como um componente fundamental para garantir a efetividade e a qualidade do processo formativo. Na verdade, a avaliação desempenha um papel que transcende à esfera da execução

da ação educacional em si, servindo também como uma ferramenta estratégica para o aprimoramento da gestão educacional e do próprio sistema educacional como um todo, pois atua como um elemento que pode retroalimentar o processo formativo, conforme previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que estabelece:

Art. 42-B. A oferta de educação profissional técnica e tecnológica será orientada pela avaliação da qualidade das instituições e dos cursos referida no inciso VII-A do caput do art. 9º desta Lei, que deverá considerar as estatísticas de oferta, fluxo e rendimento, a aprendizagem dos saberes do trabalho, a aderência da oferta ao contexto social, econômico e produtivo local e nacional, a inserção dos egressos no mundo do trabalho e as condições institucionais de oferta (Brasil, 1996).

O texto legal não apenas sinaliza a necessidade de avaliar as instituições e os cursos da educação profissional técnica e tecnológica, como também destaca a necessidade de contemplar “a aprendizagem dos saberes do trabalho”, mostrando que o processo avaliativo para um curso de formação profissional deve ocorrer de forma contínua e multifacetada, acolhendo, inclusive, saberes e experiências acumuladas pelos discentes ao longo de suas trajetórias profissionais e pessoais.

Além disso, esse tipo de avaliação formativa deve contemplar tanto os aspectos qualitativos, quanto os aspectos quantitativos da aprendizagem; ou seja, é importante que, além das avaliações formais (como prova, testes e trabalhos), exista um processo contínuo de acompanhamento e monitoramento da aprendizagem, a exemplo dos *feedbacks* contínuos entre os instrutores e discentes do curso.

A avaliação formativa, adotado no projeto pedagógico do Curso de Formação de Aplicação da Matriz Curricular Nacional, permite ao docente acompanhar o processo de aprendizagem e avaliar seus métodos de ensino ao longo curso, oferecendo os meios para ajudar os discentes a superarem as eventuais dificuldades, valorizando o conhecimento prévio que o educando traz da sua instituição de origem, permitindo que a prática docente se ajuste às necessidades dos discentes durante o processo, através do constante “*feedback*” entre docente e discentes durante as aulas.

A intenção é que o ambiente de aprendizagem seja, ao mesmo tempo, desafiador e acolhedor, permitindo que os participantes do curso possam se desenvolver de maneira contínua, mas sem a pressão excessiva dos sistemas de medição, representados somente pela aferição de notas concedidas, de maneira pontual, ao final da ação educacional.

Outra questão importante que precisa ser contemplada é a autoavaliação, que faz um diálogo direto com a escolha das metodologias ativas para direcionar a ação educacional, pois, coloca o discente no centro do processo formativo, atribuindo-lhe também a responsabilidade de refletir sobre seu próprio desempenho e localizarem as possíveis áreas de melhoria e aperfeiçoamento.

Por fim, é preciso apontar a etapa da avaliação que ocorre após a realização da formação profissional, onde os resultados coletados na aplicação de instrumentos de acompanhamento e monitoramento pós-curso, com o objetivo de monitorar o possível impacto da ação educacional na prática profissional dos participantes, identificando possíveis necessidades de revisão ou ajustes nas próximas edições do curso, além de fortalecer o processo de gestão do conhecimento nas instituições de segurança pública:

Para viabilizar seus resultados é necessária uma compreensão ampla das disciplinas envolvidas em cada etapa do planejamento de um Projeto de Educação Corporativa como uma das ações da Gestão do Conhecimento. Um projeto estruturado em etapas desde o diagnóstico, a iniciação, o planejamento, a execução, o controle, a finalização e a avaliação terá inúmeras complexidades, de acordo com os resultados e disciplinas envolvidas para a entrega dos produtos e serviços esperados (Bassis, 2009, p. 27).

Dessa forma, fica evidente que a avaliação não deve ocorrer de forma fragmentada e pontual, apenas em um único momento de verificação de rendimento, geralmente, ao final do curso. Isso empobrece o processo educacional como um todo, e reduz a oportunidade de aprimoramento do programa de educação corporativa das instituições. Por isso, a avaliação deve ser um processo contínuo e integrado, que perpassa todo o ciclo de aprendizagem e contribui para a evolução constante do ensino e da prática profissional. Tal prática gera um impacto direto na eficácia dos cursos, refletindo-se na melhoria das competências dos discentes e, consequentemente, no desempenho da organização como um todo.

5 CONCLUSÃO

A formação em segurança pública, no cenário atual, tem se mostrado complexa e demanda estratégias para compreensão dos desafios de preparar seus profissionais para atuarem de forma efetiva em prol do interesse coletivo, garantindo a ordem pública e a paz social à população.

Nesse contexto, em 2003, a Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), vinculada ao Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), apresentou a primeira edição da Matriz Curricular Nacional (MCN), como uma estratégia para orientar as formações iniciais e continuadas promovidas pelas instituições que compõem o Sistema Único da Segurança Pública (Susp), servindo como referencial teórico-metodológico para as ações educacionais no campo da segurança pública.

A proposta da MCN é fornecer uma base estruturada e consistente para fomentar a reflexão crítica e utilizar metodologias inovadoras na formação dos profissionais do Susp, considerando a necessidade de uma abordagem educacional que seja, ao mesmo tempo, ampla e adaptada às especificidades das regiões onde ocorrerão as ações formativas.

Dessa forma, a primeira etapa desse processo depende, exatamente, do conhecimento prévio e do aprofundamento da MCN, bem como da habilidade dos formadores em adaptar e aplicar seus conceitos e diretrizes de forma contextualizada, considerando a realidade e os desafios locais, mobilizando saberes que garantam uma atuação efetiva, ética e responsável no contexto e considerando as especificidades da segurança pública.

Por isso, o presente trabalho teve como objetivo principal analisar os aspectos fundamentais para a aplicação da MCN na formação de profissionais de segurança pública, apresentando como produto tecnológico uma proposta de Curso de Formação para a Aplicação da Matriz Curricular Nacional.

Para tanto, foram abordados os pressupostos e fundamentos teóricos relacionados à educação corporativa, culminando em contribuições para o campo referente à formação profissional em segurança pública, decorrentes da reflexão crítica das diretrizes pedagógicas da Matriz Curricular Nacional, enquanto documento norteador da formação inicial e continuada dos integrantes do Susp.

Nesse sentido, sua principal contribuição teórica foi a apresentação de uma discussão sobre a necessidade de se compreender a formação profissional como um processo dinâmico e contínuo, que vai além da simples aquisição de conhecimentos técnicos. Tal discussão pode contribuir para a transformação das abordagens pedagógicas tradicionais, priorizando a reflexão

crítica, a adaptação contextualizada e o desenvolvimento de competências essenciais (conhecimentos, habilidades e atitudes) para uma atuação profissional efetiva na segurança pública.

Por outro lado, os resultados das análises do *corpus* empírico forneceram elementos para a estruturação de uma proposta de Curso de Formação para a Aplicação da Matriz Curricular Nacional, fundamentada, especialmente, nos preceitos do ensino por competência e nas diretrizes das metodologias ativas, possibilitando uma maior interação entre o conteúdo teórico e a prática profissional dos discentes.

Os resultados obtidos indicam que a aplicação de metodologias ativas e a abordagem por competências podem aumentar significativamente a eficácia da formação, tornando-a mais alinhada às necessidades reais dos profissionais e às demandas do ambiente de segurança pública. Esse entendimento reforça a resposta à questão norteadora desta pesquisa sobre como a adaptação da Matriz Curricular Nacional, alinhada a práticas pedagógicas inovadoras, pode contribuir para a melhoria da qualidade da formação dos profissionais de segurança pública.

Algumas limitações ocorreram, como a realização de apenas duas das três entrevistas previstas no percurso metodológico desta investigação com o escalão decisório da Diretoria de Ensino de Pesquisa da Senasp/MJSP. Ou seja, só foram ouvidas as representantes da Coordenação-Geral de Pesquisa (CGP) e da Coordenação Pedagógica, vinculada à Coordenação-Geral de Ensino (CGEN), não sendo possível coletar dados diretamente da Diretoria de Ensino e Pesquisa da Senasp/ MJSP, em razão da exiguidade de tempo para a realização desta etapa da pesquisa.

Contudo, não houve prejuízo significativo para a conclusão da pesquisa, pois os dados coletados das duas coordenações consultadas forneceram subsídios suficientes para o desenvolvimento da proposta de curso, mantendo a validade das análises e das propostas apresentadas.

Dessa forma, futuras pesquisas podem explorar os resultados da análise da aplicação do curso proposto, de forma a aprimorar os processos formativos e ajustá-los às necessidades de segurança emergentes, permitindo um ciclo de retroalimentação que aperfeiçoe constantemente as metodologias e práticas de ensino.

Em suma, este trabalho alcançou os objetivos específicos da pesquisa ao: identificar como os princípios norteadores da Matriz Curricular Nacional podem ser aplicados de forma efetiva no desenvolvimento das atividades educativas nas instituições que compõem o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), analisando as possibilidades de adaptação e

implementação desses princípios nas diferentes realidades institucionais; analisar como a implementação do Curso de Formação para Aplicação da Matriz Curricular Nacional pode aprimorar as competências dos docentes da área de segurança pública, garantindo que estes estejam adequadamente preparados para aplicar as diretrizes da MCN de maneira eficaz e contextualizada; e, por fim, desenvolver uma proposta detalhada de um curso de formação direcionado aos docentes de segurança pública, com foco na aplicação da Matriz Curricular Nacional, que permita a sistematização e o aprimoramento das práticas pedagógicas, favorecendo a construção de um ensino mais alinhado às necessidades e desafios do campo da segurança pública.

Assim, o processo de pesquisa proporcionou um aprendizado significativo sobre a educação corporativa no contexto da segurança pública, ampliando a compreensão sobre a importância de metodologias de ensino inovadoras e contextualizadas para a formação de profissionais capazes de lidar com os desafios complexos e dinâmicos dessa área. Nesse percurso, foi possível, ainda, propor o conceito de metamatriz, como uma abordagem autorreflexiva e metalinguística que permite à própria Matriz Curricular Nacional ser aplicada como ferramenta de leitura e transformação de si mesma, reforçando sua potência como instrumento formativo e político no contexto das políticas públicas de segurança.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, J. C.; DUTRA, I. S. Educação corporativa: uma revisão sistemática e bibliométrica. **Revista de Administração da Universidade de Santo Ângelo**, 4(2), 74-95, 2011.
- AGUIAR, W. M. J.; O., Sergio. Apreensão dos sentidos: aprimorando a proposta dos núcleos de significação. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 94, n. 236, p. 299-322, jan./abr. 2013.
- ALPERSTEDT, C. Universidades corporativas: discussão e proposta de uma definição. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 5, p. 149-165, 2001.
- ANTONINI, L. S.; SACCOL, A. Z. Educação corporativa em pequenas e médias empresas do setor de software: um estudo exploratório. **Revista Eletrônica de Sistemas de Informação**, v. 10, n. 2, 2011.
- ARAÚJO, U. P.; BORBA, M. S. Educação corporativa e Desenvolvimento de Lideranças em uma Instituição Financeira. **Revista de Gestão e Competitividade**, 14(2), 73-88, 2015.
- ARROYO, M. G. **Imagens quebradas: trajetórias e processos de gestão no cotidiano da escola**. São Paulo: Cortez, 2003.
- BASSIS, N. F. **Gerência de Projetos Aplicada à Gestão do Conhecimento: guia para planejamento de projetos de educação corporativa e educação a distância**. Rio de Janeiro: Brasport, 2009.
- BERLITZ, R. **Educação corporativa: teoria e prática**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2014.
- BRANDÃO, H. P.; BAHRY, C. P. **Educação corporativa: um modelo brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2005.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 20 dez. 1996.
- BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Matriz curricular nacional para ações formativas dos profissionais da área de segurança pública**. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2014.
- CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2014.
- CORDEIRO, B. M. P.; MUNIZ, J. O. Mapeando competências rumo à aprendizagem continuada em segurança pública. In: E. A Pereira Junior; J. F., Silva; J. Maron. (Org.). **Um Toque de Qualidade. Eficiência e Qualidade na Gestão do Sistema de Defesa Social**. Belo Horizonte: Gráfica Andorinha e Editora Ltda, 2010.
- CURY, C. R. J. Direito à educação: desafios à sua efetividade. **Cadernos de Pesquisa**, 44(151), 14-14, 2014.

DELUIZ, N. **Da escola ao mundo do trabalho**: mudanças e perspectivas. Educação e Sociedade, 22(76), 15-36, 2001.

DRUCKER, P. F. **Sociedade pós-capitalista**. Butterworth-Heinemann, 1993.

ÉBOLI, M. **Sistema de educação corporativa e a EAD**. In: LITTO, F. M.; FORMIGA, Marcos. (orgs.) Educação a distância: o estado da arte, volume 2. 2a ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.

FARIA, J. H. de,; MELO, M. C. O. L. de. Educação corporativa: A proposta empresarial no discurso e na prática. **Revista de Administração Pública**, 42(5), 991-1016, 2008.

FLEURY, A.; FLEURY, M. T. L. Construindo o conceito de competência. **Revista de Administração de Empresas**, 41(1), 34-45, 2001.

FLICK, U. **Introdução à metodologia da pesquisa**: um guia para iniciantes. Tradução Magda Lopes. Revisão técnica: Dirceu da Silva. Porto Alegre: Penso, 2013.

GADOTTI, M. O projeto político-pedagógico da escola: na perspectiva de uma educação para a cidadania. IN: GADOTTI, M. (Org.). **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

GAIO, R.; CARVALHO, R. B.; SIMÕES, R. Métodos e técnicas de pesquisa: a metodologia em questão. In: GAIO, Roberta (org.). **Metodologia de pesquisa e produção do conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 2008.

GATT, B. A. **O grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas**. Brasília: Liber Livro, 2012.

KIRSCH, D. B.; VELOSO, B.; MILL, D. O Ensino por Competências e as Metodologias **Ativas**: implicações na Prática Pedagógica Docente. **Revista Educação, Santa Maria**, v. 49, 2024.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola**. Teoria e prática. 5. ed. Goiânia: Alternativa, 2004.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa**: planejamento e execução de pesquisa, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação dos dados. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MEIRELLES, M. A.; MELO, M. C. O. L. Educação corporativa no Brasil: panorama e desafios. **Revista de Administração de Empresas**, 52(2), 178-189, 2012.

MEISTER, J. C. **Educação corporativa**. São Paulo: Makron Books, 1999.

MEISTER, J. C. **Universidade corporativa**: a estratégia de educação e desenvolvimento das empresas do futuro. 1. ed. São Paulo: Futura, 2005.

MINAYO, M. C. de S. O desafio da pesquisa social. In: DESLANDES, S. F.; GOMES, R. MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa social: teoria, métodos e criatividade**. 30. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2000.

NONAKA, I.; TAKEUCHI, H. Teoria da criação do conhecimento organizacional. In: TAKEUCHI, Hirotaka; NONAKA, Ikujiro. **Gestão do conhecimento**. Tradução Ana Thorell. Porto Alegre: Bookman, 2008. 320 p.

OLIVEIRA, R. S.; DUARTE, F. R. O Papel Estratégico da Educação Corporativa no Desenvolvimento do Capital Humano: Um estudo bibliográfico. **ID on line. Revista de psicologia**, v. 12, n. 42, p. 225-235, 2018.

PATIAS, N. D.; HOHENDORFF, J. V. **Critérios de qualidade para artigos de pesquisa qualitativa**. Scielo, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/BVGWD9hCCyJrSRKrsp6XfJm/?format=pdf>. Acesso em: 25 mar. 2021.

PERRENOUD, P. Formar professores em contextos sociais em mudança: prática reflexiva e participação crítica. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, n. 12, p. 05-21, dez. 1999.

PIMENTEL, A. **O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica**. Cadernos de pesquisa, n. 114, p. 179-195, 2001.

RUAS, R. Aprendizagem organizacional e educação corporativa: conceitos em confronto? **Revista de Administração**, 40(3), 175-187, 2011.

SAVIANNI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**. v. 12, n. 34 jan./abr., 2007.

SCHÖN, D. **Formar professores como profissionais reflexivos**. In: Os professores e sua formação. Nóvoa, A. (Org), Lisboa, Portugal: Dom Quixote, p.79-91, 1992.

SENGE, P. M. **A quinta disciplina: arte, teoria e prática da organização que aprende**. 2. ed. São Paulo: Best Seller, 2006.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação Profissional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

THIOLLENT, M. Metodologia da pesquisa-ação. 18a. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

TONI, K. C. W.; ALVARES, L. M. A. R. Educação corporativa na perspectiva da inteligência organizacional. **Informação & Informação**, v. 21, n. 3, p. 228-257, 2016.

TRINDADE, A.; PORTO, M. S. G. Controlando a atividade policial: uma análise comparada dos códigos de conduta no Brasil e Canadá. **Sociologias**, v. 13, p. 342-381, 2011.

TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2008.

UNESCO. **Reimaginar nossos futuros juntos**: um novo contrato social para a educação. Brasília: UNESCO, 2022. ISBN 978-65-86603-22-4.

UNESCO. **4º Relatório Global sobre Aprendizagem e Educação de Adultos**: Não deixar ninguém para trás: participação, equidade e inclusão. Paris: UNESCO, 2020.

VEIGA, I. P. **Projeto Político-Pedagógico da Escola**. Sinpro-DF, 2014. Disponível em: <https://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2014/01/PPP-segundo-Ilma-Passos.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2025.

APÊNDICE A

PESQUISA - PROPOSTA DE CAPACITAÇÃO CONTINUADA NA ÁREA EDUCACIONAL PARA PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA: Curso de Formação para Aplicação da Matriz Curricular Nacional

Este roteiro de entrevista semiestruturada constitui um instrumento de pesquisa destinado à coleta de dados e informações, com o objetivo de analisar como o Curso de Formação para Aplicação da Matriz Curricular Nacional pode aprimorar as atividades de planejamento, execução e avaliação das ações formativas em segurança pública. A finalidade é embasar a elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso, exigido como requisito à conclusão do MBA em Gestão e Governança em Segurança Pública, oferecido pela Universidade de Brasília. A pesquisa é conduzida por Maria da Soledade Cardoso Landim Batista, sob a orientação do Prof. Dr. Andersson Pereira dos Santos.

ROTEIRO DE ENTREVISTA (Diretoria de Ensino e Pesquisa)

Sobre o interesse e apoio institucional à proposta do Curso de Formação para Aplicação da Matriz Curricular Nacional:

1. A Diretoria de Ensino e Pesquisa vê a criação de um curso para a implementação da Matriz Curricular Nacional como uma necessidade? Quais os principais benefícios esperados para os profissionais da segurança pública?

2. A proposta do curso está alinhada com as diretrizes e necessidades atuais da DEP? Quais seriam os pontos fortes e os principais desafios dessa implementação?

APÊNDICE B

PESQUISA - PROPOSTA DE CAPACITAÇÃO CONTINUADA NA ÁREA EDUCACIONAL PARA PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA: Curso de Formação para Aplicação da Matriz Curricular Nacional

Este roteiro de entrevista semiestruturada constitui um instrumento de pesquisa destinado à coleta de dados e informações, com o objetivo de analisar como o Curso de Formação para Aplicação da Matriz Curricular Nacional pode aprimorar as atividades de planejamento, execução e avaliação das ações formativas em segurança pública. A finalidade é embasar a elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso, exigido como requisito à conclusão do MBA em Gestão e Governança em Segurança Pública, oferecido pela Universidade de Brasília. A pesquisa é conduzida por Maria da Soledade Cardoso Landim Batista, sob a orientação do Prof. Dr. Andersson Pereira dos Santos.

ROTEIRO DE ENTREVISTA

(Coordenação Geral de Pesquisa da Diretoria de Ensino e Pesquisa)

Sobre a atualização da Matriz Curricular Nacional:

1. Quais foram os principais objetivos ao atualizar a Matriz Curricular Nacional? Quais os principais desafios nesse processo?
2. Já é possível destacar alguma(s) mudança(s) significativa?

Sobre a aplicação da Matriz Curricular Nacional:

3. Como a proposta do Curso de Formação para Aplicação da Matriz Curricular Nacional poderia apoiar na implementação da MCN?
4. É possível pensar no curso como estratégia para fortalecer a rede de formação em segurança pública?

Sobre os desafios e perspectivas:

5. Quais são os obstáculos que podem dificultar a plena implementação da MCN nas instituições de segurança pública?
6. Como a MCN pode ser uma ferramenta para favorecer a efetividade dos processos educacionais na segurança pública?

APÊNDICE C

PESQUISA - PROPOSTA DE CAPACITAÇÃO CONTINUADA NA ÁREA EDUCACIONAL PARA PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA: Curso de Formação para Aplicação da Matriz Curricular Nacional

Este roteiro de entrevista semiestruturada constitui um instrumento de pesquisa destinado à coleta de dados e informações, com o objetivo de analisar como o Curso de Formação para Aplicação da Matriz Curricular Nacional pode aprimorar as atividades de planejamento, execução e avaliação das ações formativas em segurança pública. A finalidade é embasar a elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso, exigido como requisito à conclusão do MBA em Gestão e Governança em Segurança Pública, oferecido pela Universidade de Brasília. A pesquisa é conduzida por Maria da Soledade Cardoso Landim Batista, sob a orientação do Prof. Dr. Andersson Pereira dos Santos.

ROTEIRO DE ENTREVISTA

(Coordenação Pedagógica da Diretoria de Ensino e Pesquisa)

Sobre a implementação da MCN

1. De que forma a Coordenação Pedagógica percebe a implementação da Matriz Curricular Nacional nos cursos atuais? Acredita que os cursos estão seguindo efetivamente esse referencial teórico e metodológico, e quais são os principais desafios ou oportunidades identificados nesse processo?

Sobre o impacto do curso na formação policial

2. Qual é a percepção da Coordenação Pedagógica sobre a necessidade de um curso de formação específico para a aplicação da Matriz Curricular Nacional (MCN) na formação policial, e como isso pode impactar a qualidade da formação oferecida?

Sobre os desafios na implementação da MCN

3. Quais são os principais desafios enfrentados pelas instituições de formação policial ao implementar a MCN, e como um curso de formação poderia ajudar a superar esses obstáculos?

Sobre a adaptabilidade do curso

4. De que forma um curso de formação para a aplicação da MCN poderia ser estruturado para atender às necessidades específicas dos diferentes tipos de formação profissional em segurança pública?

Sobre as competências dos formadores

5. Quais são as principais competências que os formadores precisam desenvolver para implementar efetivamente a MCN, e como um curso de formação pode contribuir para isso?

APÊNDICE D

PESQUISA - PROPOSTA DE CAPACITAÇÃO CONTINUADA NA ÁREA EDUCACIONAL PARA PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA: Curso de Formação para Aplicação da Matriz Curricular Nacional

Este roteiro do grupo focal constitui um instrumento de pesquisa destinado à coleta de dados e informações, com o objetivo de desenvolver colaborativamente uma proposta de Curso de Formação para Aplicação da Matriz Curricular Nacional, que permita a sistematização e melhoria das práticas pedagógicas nas corporações. A finalidade é embasar a elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso, exigido como requisito à conclusão do MBA em Gestão e Governança em Segurança Pública, oferecido pela Universidade de Brasília. A pesquisa é conduzida por Maria da Soledade Cardoso Landim Batista, sob a orientação do Prof. Dr. Andersson Pereira dos Santos.

ROTEIRO DO GRUPO FOCAL

(Construção do Projeto Pedagógico do Curso de Formação para a Aplicação da MCN)

1. Abertura e apresentação

- a. Duração - 5 minutos;
- b. Objetivo - Apresentação da finalidade e dinâmica do encontro:
 - Apresentação dos participantes;
 - Breve explicação da finalidade do grupo focal: colaborar na construção do projeto pedagógico para o curso que capacitará coordenadores, supervisores e docentes na aplicação da MCN.

2. Mapa de competências

- a. Duração - 15 minutos;
- b. Objetivo - Definir as competências essenciais para coordenadores, supervisores e docentes na implementação da MCN;
- c. Perguntas:
 - Que competências são essenciais para o planejamento, execução e avaliação de ações educacionais em segurança pública fundamentados nos pressupostos teórico e metodológicos da MCN?

- d. Resultado esperado – Coletar sugestões e construir uma lista preliminar das competências que o curso deverá desenvolver.

3. Conteúdos

- a. Duração - 20 minutos;
- b. Objetivo - Estabelecer os conteúdos essenciais a serem abordados no curso, focando os processos de planejamento, execução e avaliação das ações educacionais em segurança pública;
- c. Perguntas:
 - Quais conteúdos/ temas são fundamentais para capacitar supervisores, coordenadores e docentes para a aplicação da MCN nas ações educacionais em segurança pública?
- d. Resultado esperado – Definição dos conteúdos relacionados ao planejamento, execução e avaliação do curso, abordando a aplicação prática da MCN.

4. Metodologia

- a. Duração - 20 minutos;
- b. Objetivo – Propor uma abordagem pedagógica e estratégias de ensino alinhadas à proposta do Curso de Formação para a Aplicação da MCN;
- c. Perguntas:
 - Considerando que a metodologia ativa é um dos pilares da MCN, quais estratégias de ensino podem ser adotadas para atender aos objetivos pedagógicos do curso proposto e promover a aprendizagem significativa?
- d. Resultado esperado – Discussão e sugestão de estratégias pedagógicas inovadoras que favoreçam a participação ativa dos alunos e a aplicação prática dos conhecimentos da MCN.

5. Avaliação

- a. Duração - 20 minutos;
- b. Objetivo – Estabelecer formas de avaliação de assegurem o acompanhamento contínuo dos participantes do curso;
- c. Perguntas:
 - Quais formas de avaliação são mais adequadas para medir o aprendizado necessário para os participantes aplicarem a MCN?

- d. Resultado esperado – Sugestão de instrumentos de avaliação que integrem avaliações formativas e somativas, com foco na aplicação prática dos conhecimentos adquiridos, e que promovam o feedback contínuo para o aprimoramento das competências dos participantes no contexto da MCN.

6. Encerramento

- a. Duração - 5 minutos;
- b. Objetivo – Validar as contribuições apresentadas durante o grupo focal:
 - Apresentação da proposta final dos participantes;
 - Validação das sugestões para a estruturação do projeto pedagógico do curso, incluindo o mapa de competências, conteúdos, estratégias de ensino e avaliação;
 - Explicar como as contribuições serão integradas no projeto pedagógico final.

APÊNDICE E

MINUTA DO PRODUTO TECNOLÓGICO

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

Curso de Formação para a Aplicação da Matriz Curricular Nacional

1 IDENTIFICAÇÃO

- 1.1 Nome da Capacitação: Curso de Formação para Aplicação da Matriz Curricular Nacional;
- 1.2 Área Demandante: Diretoria de Ensino e Pesquisa (DEP);
- 1.3 Modalidade: Presencial;
- 1.4 Carga-Horária: 40 h/a;
- 1.5 Público: Profissionais do Sistema Único de Segurança Pública;
- 1.6 Estimativa de Vagas: 40 discentes.

2 JUSTIFICATIVA

A Matriz Curricular Nacional (MCN) é o principal referencial teórico-metodológico para a formação dos profissionais de segurança pública no Brasil, estabelecendo diretrizes pedagógicas e conteúdos essenciais para o desenvolvimento de competências necessárias ao exercício da profissão.

Assim, a implementação efetiva da MCN requer que os responsáveis pelo planejamento, execução e avaliação das ações educacionais em segurança pública possuam um domínio aprofundado de seus princípios, metodologias e conteúdos, bem como a capacidade de adaptar e aplicar esses conhecimentos aos contextos específicos e peculiares de suas instituições.

Morin, antropólogo, sociólogo e filósofo francês, ao afirmar que "É preciso desenvolver a aptidão para contextualizar e globalizar" (Morin, 2000, p. 42), destaca a importância de uma formação que vá além do conhecimento técnico; a citação em destaque ressalta a necessidade de integrar saberes e promover uma visão crítica e adaptativa, capaz de lidar com a complexidade dos desafios enfrentados pelos profissionais de segurança pública, considerando tanto os contextos locais quanto as interações globais.

Nesse sentido, este curso visa fornecer aos participantes os conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias para aplicar a MCN de maneira efetiva, potencializando a qualidade da

formação dos profissionais de segurança pública, ao proporcionar as ferramentas e o suporte necessários para implementar a MCN, alinhando-a às melhores práticas pedagógicas.

Ao capacitar os formadores, este curso contribui para o aprimoramento da gestão do conhecimento na área da segurança pública, ao promover a atualização contínua e desenvolvimento profissional, considerando que "O conhecimento tornou-se o principal recurso econômico" (Drucker, 1993, p. 178) de uma organização.

Da mesma forma, ao capacitar os responsáveis pelas ações educacionais, o curso contribui para a melhoria da qualidade do ensino e da formação dos profissionais, impactando de maneira considerável as ações de segurança pública.

3 ARTICULAÇÃO COM A MATRIZ CURRICULAR NACIONAL - MCN

- a. Área Temática I: Sistemas, Instituições e Gestão Integrada em Segurança Pública;
- b. Área Temática V: Valorização Profissional e Saúde do Trabalhador;
- c. Área Temática VII: Cultura, Cotidiano e Prática Reflexiva.

4. OBJETIVOS

4.1. OBJETIVO GERAL:

Capacitar os responsáveis pelo planejamento, execução e avaliação das ações educacionais em segurança pública para aplicação da Matriz Curricular Nacional (MCN), promovendo o aprimoramento das práticas pedagógicas em consonância com as diretrizes da Senasp, visando à melhoria da formação inicial e continuada dos profissionais do Susp.

4.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- a. Compreender os fundamentos teóricos e metodológicos da MCN, com foco nos seus princípios, objetivos, eixos articuladores e áreas temáticas;
- b. Desenvolver habilidades para planejar, executar e avaliar as ações educacionais em segurança pública, alinhadas com a MCN e adaptadas aos diferentes contextos de formação;
- c. Elaborar documentos pedagógicos e materiais didáticos alinhados à MCN, com foco no uso de metodologias ativas de ensino-aprendizagem, promovendo a participação dos alunos e a aplicação prática dos conteúdos da MCN;
- d. Adotar uma postura ética e reflexiva no processo de implantação das diretrizes da MCN, promovendo a transformação contínua da prática pedagógica nas ações educacionais em segurança pública.

5 COMPETÊNCIAS A SEREM DESENVOLVIDAS

5.1 CONCEITUAIS:

- a. Compreender os princípios, diretrizes, eixos articuladores e áreas temáticas da MCN;
- b. Conhecer os conteúdos essenciais da MCN;
- c. Compreender as metodologias ativas e os instrumentos de avaliação de aprendizagem.

5.2 PROCEDIMENTAIS:

- a. Ser capaz de planejar, executar e avaliar ações educacionais em segurança pública alinhadas com a MCN;
- b. Adaptar a MCN aos diferentes contextos de formação;
- c. Utilizar metodologias ativas de ensino-aprendizagem;
- d. Elaborar planos de aula e materiais didáticos alinhados à MCN;
- e. Aplicar instrumentos de avaliação de aprendizagem, conforme diretrizes da MCN.

5.3 ATITUDINAIS:

- a. Demonstrar comprometimento com a melhoria contínua dos processos educacionais em segurança pública;
- b. Adotar uma postura ética e reflexiva no processo de ensino-aprendizagem;
- c. Comprometer-se com a implementação e o acompanhamento das diretrizes da MCN, promovendo a qualidade na educação em segurança pública.

6 RESULTADOS ESPERADOS

- a. Compreensão aprofundada da Matriz Curricular Nacional;
- b. Melhoria da formação dos profissionais de segurança pública;
- c. Aprimoramento do planejamento, execução e avaliação das ações educacionais em segurança pública;
- d. Capacidade de adaptar a MCN aos contextos de formação específicos das instituições que compõem o Sistema Único de Segurança Pública;
- e. Habilidade em aplicar metodologias ativas de ensino-aprendizagem.

7 PÚBLICO

Profissionais integrantes do Sistema Único de Segurança Pública, preferencialmente, aqueles responsáveis pelo planejamento, execução e avaliação das ações educacionais no contexto formativo da segurança pública (supervisores, coordenadores, docentes, gestores locais etc.).

8 ESTRUTURA CURRICULAR

Ementário			
Disciplinas/ Área Temática MCN	Docente	Monitor	CH
01 - Palestra: O Processo de Criação da Matriz Curricular Nacional: o referencial para a segurança pública no Brasil Área Temática V: Valorização Profissional e Saúde do Trabalhador; Conteúdos: Histórico da Criação da MCN. Implementação e Impacto da MCN; Revisão e Atualização da MCN; Objetivo: Compreender o processo de criação e evolução da Matriz Curricular Nacional, destacando sua importância como referencial para a formação dos profissionais de segurança pública no Brasil; Estratégias de Ensino: Aula expositiva com elementos interativos, como perguntas e discussões e apresentações multimídia.	01	00	02 h/a
02 - Disciplina: Fundamentos e Desafios da Matriz Curricular Nacional na Formação em Segurança Pública Área Temática VII: Cultura, Cotidiano e Prática Reflexiva; Conteúdos: Introdução à Matriz Curricular Nacional (MCN): conceito e contextualização. Importância da MCN para a Formação em Segurança Pública. Desafios e Limitações na Implementação da MCN nas Instituições de Ensino. Peculiaridades da Formação em Segurança Pública: contexto e práticas educacionais. Objetivo: Apresentar os conceitos fundamentais da MCN, sua relevância no contexto educacional de segurança pública e os principais desafios para sua implementação na formação dos profissionais do Susp;	01	00	06 h/a

Estratégias de Ensino: Aula expositiva com elementos interativos, como discussões em grupo e apresentações multimídia.			
03 - Disciplina: Aspectos técnicos, legais e éticos na Implementação da MCN Área Temática VII: Cultura, Cotidiano e Prática Reflexiva; Conteúdos: Princípios éticos, educacionais e didáticos - pedagógicos da MCN. Perfil Profissiográfico e a elaboração do mapa de competências. Análise crítica da dinâmica curricular: eixos articuladores e áreas temáticas da MCN; Objetivo: Compreender os aspectos legais, técnicos e éticos que permeiam a implementação da MCN. Estratégias de Ensino: Estudos de caso, debates e simulações para permitir a análise crítica de dilemas éticos e legais na aplicação da MCN, com foco na gestão de conflitos e práticas adequadas.	01	00	08 h/a
04 - Disciplina: Diretrizes pedagógicas para a implementação da MCN em diferentes contextos institucionais; Área Temática I: Sistemas, Instituições e Gestão Integrada em Segurança Pública; Conteúdos: Planejamento e execução de ações formativas alinhadas à MCN; Avaliação de resultados e impacto na formação dos profissionais; Indicadores de qualidade e melhoria contínua nos processos de formação. Objetivo: Capacitar os participantes para planejar, gerenciar e avaliar programas de formação em segurança pública; Estratégias de Ensino: Aulas expositivas com elementos interativos; Estudos de caso e simulações de planejamento e gestão.	02	00	08 h/a
05 - Disciplina: Metodologias Ativas e Estratégias de Ensino para a Implementação da MCN Área Temática I: Sistemas, Instituições e Gestão Integrada em Segurança Pública; Conteúdos: Introdução às metodologias ativas. Aplicação das metodologias ativas na implementação da MCN. Estratégias para engajamento e aprendizagem significativa; Objetivo: Desenvolver habilidades para aplicar metodologias ativas no ensino da segurança pública,	02	00	08 h/a

com foco na implementação da MCN, promovendo a aprendizagem crítica e colaborativa; Estratégias de Ensino: Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP); Estudo de Casos; Discussões em grupo sobre a eficácia das metodologias ativas.			
06 - Disciplina: Oficina para planejamento de ações educacionais Área Temática I: Sistemas, Instituições e Gestão Integrada em Segurança Pública; Conteúdos: Desenvolvimento de projetos para implementação da MCN em diferentes contextos; Objetivo: Capacitar os participantes para implementar a MCN em suas instituições; Estratégias de Ensino: Oficina para planejamento de ações educacionais; Mentoria e feedback sobre os projetos desenvolvidos.	02	02	08 h/a
Total	09	02	40 h/a

9 METODOLOGIA

A metodologia de ensino está embasada na pedagogia por competência e visa ampliar os conhecimentos, exercitar as habilidades e fortalecer as atitudes dos profissionais de segurança pública, promovendo reflexão e contextualização constante entre teoria e prática. Diante disso, haverá aulas teóricas dialogadas, com auxílio de kit multimídia e outros recursos que facilitem o ensino e aprendizagem, além de atividades práticas planejadas que simulem situações reais.

O curso foi planejado com aulas expositivas dialogadas e com exercícios práticos, propiciando a interação dos alunos e professores, por meio de debates sobre o tema, voltados para solidificar o conhecimento construído anteriormente e que, durante o curso, será revisado e ampliado. Além de projeção de multimídia, serão empregados meios cine-pedagógicos relacionados ao tema.

9.1 ESTRATÉGIAS DE ENSINO

O curso será de 40 (quarenta) horas-aula com média de 04 h/a por dia, contudo, algumas disciplinas podem ultrapassar a média diária em virtude da natureza da ação educacional.

A metodologia adotada orienta os caminhos interdisciplinares e define como as técnicas de ensino serão aplicadas para criar ambientes de aprendizagem significativos, conectados às

situações práticas enfrentadas pelos profissionais de segurança pública. Tais estratégias visam garantir a articulação entre teoria e prática, promovendo reflexões críticas e a aplicação dos conhecimentos adquiridos em contextos reais.

O curso será desenvolvido com a utilização de metodologias ativas de aprendizagem, promovendo o protagonismo dos participantes no processo de construção do conhecimento. As estratégias incluirão:

- Exposições Dialogadas: apresentações conduzidas por docentes/mediadores com espaço para interação, troca de experiências e debates entre os participantes;
- Estudos de Caso e simulações: análise e reflexão crítica de situações concretas que refletem os desafios da implantação de ações educacionais em segurança pública, alinhadas aos referenciais da MCN;
- Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP): discussão e resolução de problemas reais relacionados à implementação da MCN;
- Atividades Práticas: elaboração e revisão de planos de aula, materiais didáticos e instrumentos de avaliação alinhados à MCN;
- Feedback Formativo: momentos estruturados de avaliação e autoavaliação, com foco no aprimoramento contínuo, utilizando feedback como ferramenta de aprendizagem;

10. RECURSOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS E LOGÍSTICOS

10.1 RECURSOS TECNOLÓGICOS:

- Computadores e notebooks para acesso ao conteúdo digital;
- Projetor multimídia para apresentações e exposições;

10.2 RECURSOS IMPRESSOS:

- Orientações sobre a Matriz Curricular Nacional;
- Estudos de caso e exercícios práticos em formato impresso.

10.3 RECURSOS AUDIOVISUAIS:

- Vídeos instrucionais e casos simulados para análise e discussão;
- Apresentações em slides com materiais teóricos e práticos.

10.4 RECURSOS PRÁTICOS:

- Modelos de planos de aula, roteiros de atividades e instrumentos de avaliação;
- Materiais para oficinas práticas, como quadros brancos, *flip charts*, marcadores e *post-its*.

10.5 RECURSOS DE AVALIAÇÃO:

- Ferramentas para a elaboração de *quizzes*, testes personalizados e exames, com funcionalidades para *feedback* em tempo real, projetadas para apoiar tanto avaliações formativas quanto somativas, possibilitando identificar áreas de melhoria e sucesso nos processos de aprendizagem.

10.6 INFRAESTRUTURA:

- Salas de aula com capacidade para 40 (quarenta) pessoas, equipadas com tecnologia para apresentações multimídia.
- Espaços de aprendizagem adaptáveis para diferentes configurações de ensino, facilitando métodos de aprendizagem ativa, como trabalhos em grupo ou simulações.

10.7 SUPORTE TÉCNICO:

Equipe técnica disponível para resolver questões de hardware e software, garantindo que as atividades de ensino não sejam interrompidas por problemas técnicos.

11 PROFISSIONAIS ENVOVIDOS

Os profissionais envolvidos na execução do curso serão classificados nas seguintes funções:

- a. Coordenador(a) de curso: profissional com atribuições de coordenação das atividades didático-pedagógicas, de apoio, administrativas e disciplinares, incumbindo, ainda, da harmonização das ações e promoção do elevado nível de qualidade dos cursos na modalidade presencial;
- b. Palestrante: profissional com capacidade técnica devidamente comprovada e detentor de notório saber no tema;
- c. Docente: a docência deverá ser realizada por profissional com capacidade técnica devidamente comprovada e detentor de notório saber na disciplina a qual foi indicado;
- d. Monitor(a): a monitoria será realizada conforme a necessidade de cada disciplina, por profissional com capacidade técnica devidamente comprovada e detentor de notório saber na disciplina a qual foi indicado.

12 PERFIL DO DISCENTE

- Ser integrante do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), atuando, preferencialmente, nas áreas de formação inicial e continuada de profissionais da

segurança pública, seja como docente, pesquisador ou na gestão de processos educacionais.

- Possuir o cadastro ativo na plataforma Sinesp;
- Demonstrar interesse em aprimorar suas competências pedagógicas e conhecimentos sobre a MCN.

13 AVALIAÇÃO

A avaliação deve ser entendida como uma reflexão crítica sobre a aprendizagem, que pode servir como ponto de partida para novas estratégias de planejamento de ensino. O processo de avaliação, proposto pela MCN, visa fornecer informações que possibilitem a reorganização permanente dos processos de ensino e de aprendizagem.

Nesse sentido, a avaliação da aprendizagem não se reduz aos critérios de aprovação e reprovação, mas, sim, deve se constituir como base para um monitoramento permanente da qualidade e da efetividade das ações educacionais, a partir de critérios claramente definidos e divulgados. Os critérios de avaliação da aprendizagem têm como referência básica os objetivos definidos para a formação, a capacitação e o desenvolvimento de competências a serem desenvolvidas.

A prática avaliativa deve demonstrar o caráter formativo e processual da avaliação. Isso significa que os discentes devem ser acompanhados, de forma contínua, pelos instrutores/monitores e ouvidos quanto ao seu desempenho ao longo do curso (autoavaliação). As avaliações formativas devem servir como um *feedback*, tanto para o discente, quanto para o instrutor/monitor. Dessa forma, é relevante dar prioridade a uma variedade de instrumentos de avaliação visando atender às particularidades de cada discente. A seguir, apresentamos sugestões de algumas técnicas para realizar a avaliação formativa:

- Trabalhos em grupo;
- Seminários;
- Autoavaliação;
- Debate em sala de aula;
- Simulados;
- Provas (orais e escritas),
- Exercícios práticos.

13.1 AVALIAÇÃO DE REAÇÃO

A avaliação de reação pretende avaliar o evento de capacitação, permitindo, dessa forma, avaliar a qualidade dos serviços prestados, em seus diferentes aspectos, os resultados alcançados e o aperfeiçoamento dos próximos eventos.

Para tanto, será aplicado um questionário, sem necessidade de identificação, acrescentando comentário, sugestão ou crítica sempre que julgar pertinente a respeito dos seguintes aspectos:

- Programação;
- Importância do conteúdo;
- Utilização do conhecimento adquirido;
- Carga horária;
- Organização das aulas e horários;
- Condições gerais do local, quanto as instalações físicas e infraestrutura,
- Avaliação de desempenho do docente (metodologia, domínio do conteúdo, postura em sala, habilidade para motivar os participantes, habilidade para relacionar a teoria com a prática, habilidade para responder questionamentos e nível de integração com a turma).

13.2 AVALIAÇÃO DOS DISCENTES

A avaliação do Curso de Formação para a Aplicação da Matriz Curricular Nacional será do tipo Formativa, levando-se em consideração o caráter interdisciplinar e transversal do conjunto de disciplinas do curso, bem como o objetivo geral de capacitar os responsáveis pelas ações educacionais em segurança pública a aplicar a Matriz Curricular Nacional (MCN), promovendo uma reflexão didático-educacional que transforme a prática pedagógica e melhore a formação dos profissionais de segurança pública.

A Avaliação Formativa permite ao docente acompanhar o processo de aprendizagem e avaliar seus métodos de ensino ao longo curso, oferecendo os meios para ajudar o(a) discente a superar as eventuais dificuldades, valorizando o conhecimento prévio que o educando traz da sua instituição de origem, permitindo que a prática docente se ajuste às necessidades dos discentes durante o processo, através do constante “*feedback*” entre docente e discentes durante as aulas.

Seguirá uma metodologia contínua entre as disciplinas, por meio de aulas expositivas teóricas e exercícios práticos, propiciando a interação dos alunos e professores, por meio de debates sobre o tema, bem como realização de estudo de casos sobre temas relevantes.

14 RECURSO

O(a) discente que desejar interpor recurso de qualquer uma das notas recebidas nas avaliações deverá fazê-lo através de parte individual dirigida ao Supervisor do Curso, digitada e assinada, em até 12 horas após ter ciência do resultado.

15 FREQUÊNCIA

Os alunos são obrigados a manter a assiduidade e registrar 100% de presença nas aulas. Excetuam-se dessa obrigatoriedade as faltas justificadas por documentos oficiais, emitidos por autoridades competentes em casos urgentes ou judiciais, desde que tais documentos sejam apresentados à coordenação do curso em um prazo adequado, que é de até 24 horas após a falta.

No entanto, é importante destacar que mesmo as faltas justificadas não devem exceder 10% da carga horária total do curso.

16 DESLIGAMENTO

O desligamento definitivo e imediato do discente no Curso ocorrerá nas seguintes situações:

- A pedido do(a) discente;
- Por restrições médicas;
- Por interesse da administração pública;
- Por faltas não justificadas, conforme o previsto no item 16;
- por utilizar meios ilícitos para a realização de qualquer atividade ou tarefa educacional teórica e/ou prática;
- Por atos de indisciplina, desobediência, desrespeito, agressão verbal, e/ou física para com a coordenação do curso, com o corpo docente e/ou com outros discentes; e
- Por faltas justificadas que culminem na não participação em uma ou mais atividades práticas do curso e acabem por prejudicar o rendimento da aprendizagem do(a) discente.

17 CERTIFICAÇÃO

Para obter o certificado de conclusão do curso, o discente deverá ter 100% de frequência, sendo permitida uma ausência justificada de até 10%, mediante apresentação de documento oficial, conforme disposto no item 15.

18 PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

A realização do curso está condicionada à disponibilidade financeira e orçamentária, podendo ser modificada a data de realização, o quantitativo de discentes ou cancelada.

A remuneração dos profissionais será conforme legislação vigente que estabelece valores para gratificação das atividades educacionais na Senasp.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Matriz curricular nacional para ações formativas dos profissionais da área de segurança pública**. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2014.